

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação
Mestrado em Didática da Língua Portuguesa

Um olhar sobre a igualdade de oportunidades nos manuais escolares

Os Manuais de Língua Portuguesa do 2º ano de escolaridade

Rosa Lúcia Oliveira da Silva Caniceiro

Coimbra
2012

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Didática da Língua Portuguesa

Um olhar sobre a igualdade de oportunidades nos manuais escolares

Os Manuais de Língua Portuguesa do 2º ano de escolaridade

Rosa Lúcia Oliveira da Silva Caniceiro

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor

Pedro Balaus Custódio

Outubro, 2012

Texto escrito segundo o Novo Acordo Ortográfico

AGRADECIMENTOS

Manifesto o meu agradecimento a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao doutor Pedro Balaus, que aceitou orientar este trabalho, pelos seus esclarecimentos, estímulos e disponibilidade.

Aos meus filhos e colegas pelas palavras de coragem, de apoio e incentivo nos momentos mais difíceis.

RESUMO

As transformações sociais e culturais ocorridas na nossa sociedade nos últimos anos tornaram as questões relacionadas com a multiculturalidade e com a educação intercultural das mais emergentes na sociedade atual e, como é óbvio, nas escolas. A escola tornou-se um espaço de encontro e de convívio da diversidade étnica, social, económica, cultural e religiosa. Neste contexto é fundamental o reconhecimento e aceitação da diferença, assim como a promoção pela igualdade de oportunidades.

Um dos contributos para dar resposta a esta realidade poderá ser encontrado no recurso a materiais didáticos, mais especificamente nos manuais escolares. Estes são considerados os instrumentos mais importantes no processo de ensino-aprendizagem, pelo que devem promover uma educação intercultural, respeitando as diversidades culturais e contemplando a heterogeneidade.

Este estudo pretende, através da análise de cinco manuais de Língua Portuguesa do segundo ano de escolaridade, verificar se estes refletem a igualdade de oportunidades para todos, sem distinção de raça/etnia, sexo, religião e deficiência.

A metodologia adotada assentou na construção de um conjunto de grelhas e gráficos, os quais permitiram inferir sustentadamente a existência ou não de indícios de uma educação intercultural nos manuais escolares.

A análise dos resultados permitiu concluir que os manuais escolares evidenciam algumas desigualdades quanto à etnia, género, religião e deficiência. Não cumprindo as exigências da diversidade cultural e social, podemos mesmo afirmar que não transmitem os princípios e valores consagrados na Constituição Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Palavras Chave: Manuais escolares, ilustrações, textos, igualdade de oportunidades

ÍNDICE:	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	5
A PROBLEMÁTICA E A SUA RELEVÂNCIA	5
1- Identificação do problema em estudo	7
2 - Definição dos objetivos de investigação	7
3 - Importância do estudo	8
4 - Limitações do estudo	10
5 - Estrutura do trabalho	10
CAPÍTULO II	13
REVISÃO DA LITERATURA	13
1 - A Educação Intercultural: perspetivas, conceitos e legislação	15
1.1 - Educação intercultural	15
1.2 - A igualdade de oportunidades no sistema educativo	18
1.3 - Enquadramento Legislativo	20
1.4 - Clarificação de conceitos	23
1.4.1 – Multiculturalidade e interculturalidade	23
1.4.2 - Raça e etnia	25
1.4.3 - As questões de género	27
1.4.4 - A religião	28
1.4.5 - Necessidade Educativas Especiais	29
2 - Os Manuais Escolares	31
2.1 – Conceções e importância do manual escolar	31
2.2 - Funções do manual escolar	33
2.3 - Avaliação, certificação e adoção	36
2.4 - As imagens nos manuais escolares	40
CAPÍTULO III	43
METODOLOGIA	43
1 - Opções metodológicas	45
2 - Amostra do estudo	46
3 - Recolha de dados	49

4 - Tratamento de dados	50
<i>CAPÍTULO IV.....</i>	<i>51</i>
<i>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</i>	<i>51</i>
1. Análise das imagens.....	53
1.1 - Análise da frequência de imagens relativas à raça/etnia	53
1.2 - Análise da frequência de imagens relativas ao sexo dos indivíduos.....	56
1.3 - Análise da frequência de imagens relativas a pessoas portadoras de deficiência.....	58
1.4 - Análise da frequência de imagens de carácter religioso	59
1.5 - Análise geral das imagens relativas à inter/multiculturalidade	62
2. Análise de textos	62
2.1 - Análise da frequência de textos relativos à raça/etnia	62
2.2 - Análise da frequência de textos relativos a pessoas portadoras de deficiência.....	63
2.3 - Análise da frequência de textos relativos à religião.....	64
2.4 - Análise geral de textos relativos à inter/multiculturalidade	66
3. Análise geral das dimensões em estudo	69
<i>CONCLUSÃO.....</i>	<i>71</i>
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</i>	<i>77</i>
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	<i>81</i>
<i>ANEXOS</i>	<i>89</i>

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1	Distribuição dos manuais escolares analisados por título, editora, ano de edição, autores, ilustradores e ISBN.....	49
Quadro 2	Caracterização da amostra no que respeita ao número total de imagens do manual, número de imagens que abordam a inter/multiculturalidade e a percentagem que este número representa em relação ao total de imagens do manual.....	62
Quadro 3	Distribuição dos textos que abordam a inter/multiculturalidade por manual.....	68
Quadro 4	Caracterização da amostra no que respeita ao número total de textos do manual, número de textos que abordam a inter/multiculturalidade e a percentagem que este número representa em relação ao total de textos.....	69
Quadro 5	Análise geral dos manuais tendo em conta a abordagem ou a não abordagem das dimensões em estudo.....	70

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 1	Distribuição do número de imagens relativas à raça/etnia, nos cinco manuais.....	53
Gráfico 2	Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia, no manual A.....	54
Gráfico 3	Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia, no manual B.....	54
Gráfico 4	Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia, no manual C.....	54
Gráfico 5	Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia, no manual D.....	54
Gráfico 6	Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia, no manual E.....	54
Gráfico 7	Distribuição da frequência de imagens relativas à raça/etnia nos cinco manuais analisados.....	55

Gráfico 8	Distribuição da frequência de imagens relativas à raça negra nos manuais analisados.....	55
Gráfico 9	Distribuição do número de imagens relativas ao sexo dos indivíduos nos cinco manuais.....	56
Gráfico 10	Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual A.....	57
Gráfico 11	Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual B.....	57
Gráfico 12	Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual C.....	57
Gráfico 13	Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual D.....	57
Gráfico 14	Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual E.....	57
Gráfico 15	Distribuição da frequência de imagens relativas ao sexo dos indivíduos nos manuais analisados.....	58
Gráfico 16	Distribuição do número de imagens relativas a pessoas portadoras de deficiência nos cinco manuais.....	59
Gráfico 17	Distribuição do número de imagens relativas à religião nos cinco manuais.....	61
Gráfico 18	Distribuição da frequência de imagens relativas à religião católica nos manuais analisados.....	63
Gráfico 19	Distribuição do número de textos, nos cinco manuais, relativamente à raça/etnia.....	64
Gráfico 20	Distribuição do número de textos, nos cinco manuais, relativamente a indivíduos portadores de deficiência.....	64
Gráfico 21	Distribuição do número de textos relativos à religião, nos manuais analisados.....	64
Gráfico 22	Distribuição da percentagem dos vários textos e dos textos referentes à religião católica.....	65
Gráfico 23	Distribuição da frequência de textos relativos à religião católica nos manuais analisados.....	66

SIGLAS

NEE - Necessidades Educativas Especiais

LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo

1º CEB - Primeiro Ciclo do Ensino Básico

DR - Diário da República

M - Masculino

F - Feminino

PII - Plano de Integração dos Imigrantes

PPT - Português para Todos

TEIP - Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

DGIDC - Direção Geral Inovação e Desenvolvimento Curricular

CR - Constituição da República

A expressão mais bela e enriquecedora da vida humana é a sua diversidade. Uma diversidade que nunca pode servir para justificar a desigualdade. A repressão da diversidade empobrece a raça humana. É nosso dever facilitar e reforçar diversidade a fim de chegar a um mundo mais equitativo para todos. Para que exista a igualdade, devemos evitar as normas que definem o que deve ser uma vida humana normal ou a forma normal de alcançar a felicidade. A única qualidade normal que pode existir entre os seres humanos é a própria vida.

Óscar Árias, Prémio Nobel da Paz

INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade onde as transformações sociais, económicas, culturais e tecnológicas se manifestam a um ritmo vertiginoso. A par dessas transformações assiste-se cada vez mais, nas nossas escolas, a uma heterogeneidade de culturas, à qual não podemos ficar indiferentes. De facto, assistimos nos últimos anos a um elevado aumento da população estudantil, nas nossas escolas, oriunda de diversas nacionalidades. A escola passou rapidamente de um público homogéneo para um enorme aumento do número de alunos onde a heterogeneidade e a diversidade são as características mais vulgares.

Este novo contexto deu origem a novas necessidades educacionais, sendo por isso necessário uma educação de promoção de compreensão e cooperação das diferenças existentes entre os vários elementos da comunidade educativa, tornando-se cada vez mais pertinente a questão da igualdade de oportunidades.

A igualdade de oportunidades significa que todos os indivíduos, independentemente das suas condições económicas, sociais, culturais e étnicas têm direito a participar e a beneficiar em todos os domínios da sociedade. É um princípio que defende a não discriminação em relação ao sexo, raça ou origem étnica, deficiência, religião e orientação sexual. Apesar de considerarmos ser um objetivo difícil de conseguir na sua plenitude, julgamos que se deve lutar por ele da melhor maneira, sendo a educação um dos instrumentos mais adequados para o ir atingindo.

Na verdade, a escola é cada vez mais um espaço, onde a intervenção ao nível da integração, adaptação e promoção da igualdade de oportunidades se torna prioritária,

desempenhando a educação para os valores da interculturalidade um papel fundamental. Não há dúvida que a atual situação exige um grande exercício de reflexão cultural, de compreensão sobre a importância da diversidade cultural, das suas causas e efeitos.

Este facto leva-nos a refletir ao nível da produção de materiais didáticos, em especial dos manuais escolares. A conceção dos manuais deverá acompanhar as transformações sociais e culturais que se estão a observar no nosso país. Estes devem conter novas valências que consigam dar resposta às exigências da escola atual, como o desenvolvimento de estratégias que permitam a igualdade de acesso e de sucesso educativo a todos os alunos, eliminando os estereótipos, que ainda vão persistindo.

De facto, alguns estudos referem que a maioria das ilustrações e dos textos dos manuais escolares veiculam estereótipos e preconceitos socioculturais, acentuando a desigualdade de oportunidades entre os alunos, como é o caso de (Luís Souta, 1997: p. 55) que afirma “Nos manuais escolares (...) persistem os estereótipos sobre a mulher e mantém-se a invisibilidade dos grupos étnico-culturais”.

A necessidade de dar resposta à educação para todos acentuou a responsabilidade daqueles que estão envolvidos no processo educativo. Como já foi dito, uma das áreas que pode contribuir para responder à realidade multicultural e obter sucesso ao nível da educação é a conceção e produção de materiais didáticos, em especial os manuais escolares, os quais devem respeitar as diversidades culturais e contemplarem a heterogeneidade em contexto de sala de aula. A aprendizagem de culturas diferentes é um dos motivos sobre o qual a elaboração do manual deve assentar, como desafio de um novo e diferente aspeto do processo ensino e

aprendizagem. Este é considerado o primeiro recurso educativo, acessível a todos os alunos, independentemente do seu estatuto socioeconómico, cultural e religioso.

O manual escolar é tido como instrumento prioritário de transmissão de conhecimento, é o suporte de aprendizagem mais utilizado nas nossas escolas. Segundo (Gérard & Roegiers, 1998: p. 15) eles continuam a ser “de longe, o suporte de aprendizagem mais difundido e, sem dúvida, o mais eficaz”. Também (Choppin, 1992) considera os manuais como os livros mais consultados e lidos, assim como são aqueles com maior tiragem. A verdade é que a grande maioria das vezes parte-se dos textos e das imagens do manual para transmitir conhecimentos aos alunos, pois é neles que são apresentados os conteúdos selecionados pelos programas curriculares.

Mas, para além da transmissão de conhecimentos, eles têm também a função implícita de veicular valores sociais e culturais. Como afirma (Vidigal, 1994: p. 69) “Neles estão refletidos os entendimentos dominantes de cada época, relativos às modalidades de aprendizagem e ao tipo de saberes e de comportamentos que se deseja promover”. Também (Applé, 2002) considera-os materiais com legitimidade para reproduzir a cultura que se pretende transmitir nas salas de aula. Como tal, julgamos que este aspeto fundamenta a importância que as preocupações com a garantia de qualidade deste recurso assumem e a pertinência do trabalho que apresentamos.

Neste contexto, tendo presente que os manuais escolares são instrumentos importantes no processo ensino aprendizagem e que têm um papel fundamental na promoção de uma educação para a inclusão, é objetivo deste trabalho analisar se as ilustrações e os textos refletem a igualdade de oportunidades sem distinção de sexo, etnia, religião e deficiência. Este trabalho pretende, ainda, fazer uma abordagem

sobre os valores, as mensagens que os manuais transmitem assim como as funções que exercem no processo educativo ao nível da inter/multiculturalidade.

Efetuada a recolha, tratamento e análise dos dados, partimos para a discussão dos resultados obtidos, apontando as conclusões que se podem retirar do estudo. Por último, tecemos algumas considerações finais que não pretendem ser mais do que pistas para futuras análises e reflexões a partir das conclusões a que chegamos.

Com o presente estudo procurou-se dar um contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre os manuais escolares, pretendendo que este seja de interesse para os autores de manuais, para as editoras responsáveis pela sua conceção e para os professores, de maneira a que estes procedam à sua seleção de uma forma mais criteriosa.

CAPÍTULO I

A PROBLEMÁTICA E A SUA RELEVÂNCIA

1- Identificação do problema em estudo

Tendo em conta as mudanças ocorridas, nos últimos anos, na nossa sociedade que se afirma cada vez mais como multicultural e considerando a importância da educação na promoção de valores e princípios sociais, cabe à instituição educativa fornecer instrumentos que permitam conhecer a complexidade das sociedades contemporâneas, tendo como tal, uma especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário.

Para que a instituição educativa leve a cabo esse objetivo, deverá contar com agentes educativos informados e empenhados, assim como com materiais didáticos, mais especificamente os manuais escolares, capazes de promoverem o sucesso educativo e a igualdade de oportunidades entre todos os alunos. Assim sendo, e considerando-os instrumentos muito importantes no processo ensino-aprendizagem, é nosso intuito proceder à análise de manuais escolares, que estejam de acordo com os novos programas e que estão em vigor nas nossas escolas por um período de seis anos, de modo a averiguar se estes promovem os valores e princípios da igualdade de oportunidades.

2 - Definição dos objetivos de investigação

Para que os alunos obtenham sucesso nas suas aprendizagens, possam usufruir das mesmas oportunidades e se tornem cidadãos de pleno direito, é importante que a instituição escolar promova uma educação intercultural. Para que tal aconteça é fundamental o envolvimento e participação de todos os agentes educativos, assim como dos materiais escolares utilizados, especificamente os manuais escolares. Estes devem possuir qualidade científica e pedagógica, respeitar a igualdade de oportunidades e serem apelativos para todos os alunos. Mas, pela análise da literatura consultada, apesar de nos parecer ainda haver uma insuficiente investigação neste domínio, transparece a existência de estereótipos e preconceitos sociais e culturais ao nível dos manuais escolares.

Face ao exposto, o objetivo geral do presente estudo consiste em dar resposta à seguinte questão: Será que as imagens e os textos dos manuais escolares do 2º ano de Língua Portuguesa refletem a igualdade de oportunidades para todos sem qualquer distinção do sexo, etnia, religião e deficiência?

Neste contexto outras questões surgem, às quais tentaremos dar resposta:

- (i) De que forma a temática da raça/etnia é abordada?
- (ii) Qual o modelo dominante (masculino/feminino) nas imagens dos manuais analisados?
- (iii) Que confissões religiosas estão representadas nos manuais?
- (iv) Os manuais apresentam imagens ou textos representando pessoas portadoras de deficiência?
- (v) Serão os manuais escolares de Língua Portuguesa, suficientemente motivadores, social e culturalmente relevantes para as diversidades que caracterizam as comunidades de pertença dos alunos?
- (vi) Até que ponto as imagens e os textos presentes nestes manuais poderão contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades?

Foi nestas questões que este trabalho se centrou, tentando obter respostas para cada uma delas.

3- Importância do estudo

Portugal, que ao longo de décadas foi um país de partida, passou a país de acolhimento de imigrantes de múltiplas nacionalidades e línguas. A imigração é um fenómeno que cresceu abruptamente no nosso país, nas três últimas décadas. A partir dos anos 80 (século XX), verificou-se um aumento rápido de imigrantes, designadamente de cidadãos provenientes dos PALOP, Brasil e mais recentemente da Europa de Leste e da Ásia (China). Como refere (Ramos, 2003: p. 269) “Portugal é um dos países comunitários com aumento mais rápido de imigrantes, num curto espaço de tempo, nos últimos anos”.

Por isso, assistimos hoje em dia a uma crescente diversidade étnico-cultural, que põe termo à ideia de um país monocultural. Com o aumento dos fluxos

imigratórios assiste-se a uma crescente diversidade cultural na população portuguesa. O quadro sociolinguístico passou da quase homogeneidade para uma grande heterogeneidade. Nas nossas escolas existem alunos de mais de 120 nacionalidades diferentes, sendo aproximadamente 80 as línguas faladas por estes. Cerca de noventa mil alunos estrangeiros frequentam o ensino pré-escolar e o ensino básico. Ao todo, representam cerca de 4% da população estudantil até aos 15 anos de idade. Segundo (Luís Souta, 1997: p. 37) “A população estudantil (...) é cada vez menos homogênea e mais plural não só sobre o ponto de vista sexual e de origem social, mas também sob o ponto de vista étnico, linguístico e de nacionalidade”.

Esta nova realidade trouxe desafios às escolas, nem sempre fáceis de solucionar. A integração social desses alunos por vezes é difícil devido ao desconhecimento da Língua Portuguesa, aliado a outros fatores de ordem social, cultural, económica e pedagógica.

Considerando que a escola é o espaço privilegiado para acontecer o processo de socialização, é necessário que nesta seja transmitido o respeito pelos valores dos outros, pelo reconhecimento e aceitação da diferença. É fundamental que se valorize a cultura das diferentes famílias envolvidas no processo educativo. A instituição escolar constitui para a família imigrante um espaço importante para a sua integração na sociedade de acolhimento. Por isso, na escola devem ser criados meios que possibilitem a adequação desta à realidade intercultural, valorizando os aspetos linguísticos, sociais e culturais de todos.

A escola é uma instituição que se deve basear na transmissão de valores étnicos e democráticos, pois em grande parte é da sua responsabilidade a formação de cidadãos conscientes da sua obrigação social. Perante isto, à escola, e concretamente ao processo ensino e aprendizagem, são exigidas novas tarefas e estratégias. Daí que ao manual escolar seja igualmente atribuídas novas formas de conceção, de estruturação, assim como novas funções. É importante que eles acompanhem as transformações sociais e culturais que se estão a observar no nosso país.

Por conseguinte, considerarmos este tema relevante, pois os manuais escolares exercem uma enorme influência sobre os alunos e as famílias que tradicionalmente, depositam confiança neles para a obtenção do sucesso escolar por

parte dos seus educandos. Também uma grande maioria dos professores estão dependentes deles para o seu trabalho. Para além destes aspetos, há ainda a considerar o estatuto especial que lhe é conferido pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86, de 14 de outubro) que no seu artigo 41º, na alínea 2, considera “Os manuais escolares recursos educativos privilegiados e que exigem especial atenção.”

4 - Limitações do estudo

Este trabalho apresenta algumas limitações, umas relacionadas com a amostra selecionada, outras resultantes do tipo de análise efetuada, assim como dos processos empregues no tratamento de dados. Assim sendo, apontamos o facto de ter havido necessidade de limitar a amostra em estudo, que incidiu unicamente em cinco manuais escolares. É de salientar que todos os manuais analisados são acompanhados de cadernos de apoio, cadernos de exercícios, livros do professor e fichas de avaliação, sendo que nenhum destes materiais consta deste estudo.

Também consideramos que outra das limitações deste estudo diz respeito à análise qualitativa, onde a subjetividade de quem analisa não deixa de estar presente. No entanto, procuramos analisar e refletir, sem ter a intenção de avaliar.

5 - Estrutura do trabalho

Para além do presente capítulo, o trabalho encontra-se organizado em mais três partes.

No segundo capítulo é apresentada a revisão da literatura, onde procedemos à análise de alguns conceitos mais relevantes relacionados com a temática em estudo. Este capítulo encontra-se dividido em dois pontos, dado que a pesquisa incidiu sobre duas vertentes: educação intercultural e manuais escolares. No primeiro ponto desenvolveremos a problemática da educação intercultural e a sua importância no combate à exclusão social e na promoção da igualdade de oportunidades educativas,

assim como referiremos alguns aspetos legislativos relacionados com o tema. Também abordaremos alguns conceitos como a multiculturalidade, a interculturalidade, a raça e a etnia e desenvolveremos alguns aspetos relacionados com a religião, as questões de género e as necessidades educativas especiais. No segundo ponto serão abordados alguns temas relacionados com os manuais escolares: as suas funções, as imagens e alguns aspetos legislativos sobre a sua avaliação, seleção e adoção.

No terceiro capítulo serão abordadas as metodologias de investigação, far-se-á referência às opções metodológicas, ao contexto da investigação e aos instrumentos de recolha de dados.

No quarto capítulo serão analisados os dados recolhidos no estudo efetuado aos cinco manuais, procedendo à descrição e interpretação dos quadros e gráficos, assim como as conclusões a que chegámos, procurando esclarecer o conteúdo das imagens e dos textos dos manuais escolares numa perspetiva de diversidade e de igualdade de oportunidades.

Por último, apresentamos as referências bibliográficas, onde, por ordem alfabética, se menciona a referência completa dos trabalhos referidos ao longo desta dissertação.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

1. A Educação Intercultural: perspectivas, conceitos e legislação

1.1 - Educação intercultural

A globalização cultural do mundo em que vivemos leva-nos a novas práticas culturais, pois para (Melo, 2002: p. 36) “a extensão planetária dos meios de comunicação social são expostos, em simultâneo, a grupos cada vez mais vastos de pessoas”. Parece que tudo começa a ser pensado à escala global e o conceito de aldeia global começa cada vez mais a fazer sentido, segundo (Melo, 2002: p. 88). “O processo de globalização constitui atualmente uma das dinâmicas, fundamentais, da evolução das sociedades e do mundo contemporâneo”. Há cada vez mais a consciência de que vivemos num mundo em transformação. Esta realidade pode provocar sentimentos bastante contraditórios como sendo medo, insegurança, conformismo mas também esperança, novidade e respeito pela diferença.

De facto, o fenómeno da imigração trouxe nas últimas décadas, para o nosso país, pessoas provenientes das mais variadas nacionalidades, etnias, culturas e religiões. Esta é uma situação que potencia a criação de novas situações problemáticas, algumas até ao nível de conflitualidade social o que muitas vezes se reflete no espaço escolar. Deste modo, a exigência de justiça social, as lutas pelo respeito à diferença e à identidade fazem parte cada vez mais do nosso quotidiano. Luta-se contra a discriminação racial, religiosa, de género e de outros preconceitos de variados tipos.

Perante a presença de diferentes grupos, constata-se que a nossa sociedade começa a preocupar-se com a construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa. Este novo desafio de promover uma educação intercultural torna-se cada vez mais um princípio orientador do sistema educativo. (Luís Souta, 1997: p. 44) considera que “A educação multicultural não pode deixar de constituir hoje uma componente fundamental na formação das nossas crianças e jovens.” Este autor refere a necessidade da inclusão da *Literacia Multicultural*, na formação básica dos cidadãos de forma a habilitá-lo com “conhecimentos, atitudes e competências necessários para funcionar eficazmente num mundo de rápidas mudanças”.

De facto, nos últimos anos, as escolas portuguesas têm-se confrontado com tradições culturais, sociais e linguísticas diversificadas. E, face a esta nova realidade, surgiu a necessidade de promover uma educação para todos, independentemente da sua origem étnica, cultural, religiosa e socioeconómica, tal com afirma Peres:

A escola deve definir-se, cada vez mais, como um lugar de encontro, diálogo, afeto, convivência, onde todos e cada um se sintam bem e possam participar e intervir em atividades instrutivas/educativas, interessantes e estimulantes, independentemente das diferenças de raça, etnia, sexo, idade, religião, língua, cultura, uma escola aberta à negociação e à diversidade cultural, ou seja, uma escola multi/intercultural. (Peres, 1999: p. 121)

Trata-se da educação intercultural, capaz de promover a igualdade de oportunidades e o sucesso educativo para todos. Esta deve ter como base o conhecimento das diferentes culturas, atribuindo-lhe a igualdade de oportunidades e contrariando todo o tipo de discriminação.

Este tipo de educação pressupõe a interação entre as diversas comunidades, rejeitando o racismo assim como outras formas de discriminação. Para (Cardoso, 2001) a educação intercultural fomenta a diversidade representada pelos alunos, pela família, pela comunidade em geral, tendo como finalidade contemplar o pluralismo cultural, racial e linguístico.

Face a este contexto, é importante que a escola proporcione às crianças dos grupos minoritários o conhecimento das suas culturas de origem, bem como das culturas dos outros. É fundamental que todos os alunos tenham conhecimento de culturas e tradições diferentes das suas, para conseguirem ter uma visão mais ampla do mundo, permitindo-lhes com mais facilidade o exercício pleno da cidadania. (Mantoan, 2005) afirma que:

A escola tem de ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho para todos é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos, a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã por metade. Você não pode ter um

lugar no mundo sem considerar o outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser.
(Mantoan, 2005: p. 24)

De facto, a educação intercultural tem nas instituições educativas e nos seus agentes os principais meios de desenvolvimento, isto porque primordialmente a sua intervenção se situa no grupo etário das crianças e jovens. Em primeiro lugar porque é nessas idades que melhor aprendem e interiorizam os valores da aceitação das diferenças e do respeito pela diversidade de culturas. Em segundo, porque é importante para os imigrantes e seus descendentes continuar a ter presente a cultura do seu país de origem, assim como a cultura envolvente da sociedade onde se inserem, estabelecendo uma espécie de equilíbrio entre ambas. Neste contexto, é importante que os alunos, nos manuais escolares, encontrem referências à sua cultura. Se os alunos não encontram pontos de contacto entre a cultura do seu país de origem e a cultura do país onde estão inseridos é provável que surjam situações de confronto e de intolerância.

Perante isto, é fundamental que a escola e todos os seus agentes estejam preparados, possuindo materiais e manuais escolares adequados ao trabalho a desenvolver. Também é importante promover a sensibilização de todos os alunos, para que estes adquiram o espírito reflexivo e crítico, de interajuda, de maneira a que todos aprendam a valorizar as diferenças. Para (Alves, 2006) a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino a todos os seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e atendendo a cada um de acordo com as suas necessidades e potencialidades. A educação intercultural, nas escolas, possibilita aos alunos adquirirem uma maior riqueza de conhecimentos e de valores, permitindo-lhes o seu desenvolvimento integral enquanto seres humanos e tornando-se cidadãos mais conscientes e solidários. Tal como afirma (Banks & Banks) uma das mais importantes funções da educação multicultural é:

Ajudar todos os alunos a adquirir o conhecimento e atitudes necessários para funcionar efetivamente numa sociedade pluralista e democrática, para interagir, negociar e comunicar com pessoas de grupos diversos para criar uma comunidade cívica e moral que trabalhe para o bem comum. (Banks & banks, 1995: p. 11)

Esta educação ajuda a criança não só a conhecer-se a si própria, mas também a colocar-se no lugar dos outros, permitindo-lhe o desenvolvimento de comportamentos sociais corretos, evitando incompreensões que podem ser geradoras de violência e de ódio.

De facto, a existência de uma grande diversidade cultural, implica que pessoas de diferentes línguas, religiões, etnias e costumes, interajam e comuniquem entre si, sendo importante que isso aconteça num ambiente de segurança e de cooperação.

A verdade é que, a sociedade portuguesa confronta-se com a presença de indivíduos de várias nacionalidades. Assim sendo, temos de considerar a educação intercultural uma necessidade fundamental para que todas as pessoas coexistam pacificamente. É neste contexto que temos de considerar os novos desafios que a escola enfrenta e que nos é imposto pela presença de uma população escolar diferenciada, sendo importante que os materiais didáticos, em especial os manuais escolares, estejam adequados e atualizados para dar resposta à educação intercultural. O que, partindo da literatura consultada, tal parece-nos pouco provável, pois segundo (Luís Souta, 1997) os manuais escolares continuam sem dar visibilidade aos diferentes grupos étnico-culturais.

1.2 – A igualdade de oportunidades no sistema educativo

Sendo a igualdade de oportunidade educativas um dos objetivos fundamentais da educação inter/multicultural, e sendo esse o principal objetivo do trabalho que nos propusemos desenvolver, consideramos de interesse uma revisão dos seus significados.

Para (Cardoso, 1996: p. 9) este conceito apresenta várias interpretações conforme se refira “à formação legal do princípio de igualdade de oportunidades; ao acesso no sistema educativo; às condições reais de frequência do sistema (...)”. No que diz respeito à formulação legal, remete-nos para a igualdade de oportunidades perante a lei, onde podemos constatar tanto na CR como na LBSE e noutros

documentos oficiais, que se encontra consignada a igualdade de oportunidades para todos independentemente das condições étnicas, culturais, religiosas e económicas.

Relativamente à igualdade de oportunidades no acesso ao sistema educativo, partimos do pressuposto que todas as crianças em idade escolar frequentam a escola, uma vez que a sua frequência é, segundo a lei, de carácter obrigatório. No entanto, podemos constatar que ainda se verifica uma significativa taxa de abandono, antes da conclusão do Ensino Básico, principalmente de alunos oriundos de meios desfavorecidos. Como refere Regina Monteiro:

O insucesso e abandono escolar têm penalizado especialmente aqueles alunos que são provenientes de meios económicos, culturais, e sociais mais desfavorecidos e, que a seleção contínua a fazer-se sentir (...), uma vez que a escola não tem, até hoje, proporcionado oportunidades iguais de acesso e de uso das aprendizagens. (Regina Monteiro, 2009: p 128)

Em relação à igualdade de oportunidades nas condições de frequência do sistema educativo, observamos que estas nem sempre se verificam principalmente no que se refere às condições económicas e sociais de muitas crianças especialmente oriundas de meios mais desfavorecidos e de minorias étnicas e culturais. Segundo (Cardoso, 1996: p. 12) “a natureza etnocêntrica do currículo, a falta de preparação de muitos professores para lidar com as minorias, as baixas expectativas em relação a esses alunos, a integração das crianças em grupos de níveis diferentes em função da sua etnia”. São fatores que contribuem para que nem sempre se verifique a igualdade de oportunidades na frequência do sistema educativo.

Considerando que a escola é o espaço privilegiado para a promoção da educação no âmbito da igualdade de oportunidades, espera-se que esta tenha capacidades para lidar com a diversidade de alunos que a frequentam. Essa capacidade deve refletir-se ao nível de todos os agentes educativos como dos materiais didáticos, elementos fundamentais no processo ensino e aprendizagem. Neste aspeto, pensamos que se torna pertinente questionar o papel dos manuais escolares na instituição do princípio de igualdade de oportunidades.

1.3 - Enquadramento Legislativo

O pluralismo que hoje caracteriza a sociedade portuguesa e especificamente a escola, justifica a necessidade de políticas e práticas adequadas e inovadoras ao nível educacional.

De facto, e partindo dos princípios enunciados desde 1976, na Constituição da República, nomeadamente o ponto 1 e 2 do artigo 13º, onde se refere que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei” e que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.” Atribui-se ainda, ao sistema educativo um carácter corretor das desigualdades económicas, sociais e culturais, conforme consta no nº 2 do artigo 74º.

A verdade é que o sistema educativo português faz referência a princípios de justiça e equidade, assim como tem legislado no sentido de promover a integração de todos. Várias medidas têm sido promovidas para fazer face à diversidade cultural e linguística e que importa referir. A Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86 de 14 de outubro, estabelece o quadro geral do sistema educativo. Nesta Lei afirma-se que todos têm direito à educação e cultura e que o estado é responsável pela democratização do ensino, garantindo igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. No artigo nº2 ponto 5 refere:

A educação promove o desenvolvimento democrático e pluralista, respeitador dos outros e suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de desempenharem a sua transformação progressiva.
(Lei nº46/86 de 14 de outubro)

Também no seu artigo 3º refere que o sistema educativo deve “Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos objetivos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes

saberes e culturas” assim como “assegurar a igualdade de oportunidades para ambos os sexos”.

Há também a considerar a criação ao longo da década de 90, de algumas medidas promotoras da educação inter/multicultural, ao nível dos órgãos de poder, as quais, e de uma forma sucinta, passo e enumerar:

- Criação do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural;
- Fundação da Associação de Professores para a Educação Intercultural;
- Criação do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas;
- Institucionalização da *diversidade religiosa*, terminando deste modo o monopólio da religião católica nas escolas;
- Lançamento de clubes, em muitas escolas, tendentes à promoção da educação multicultural;
- Lançamento de vários projetos (Projeto de Educação Intercultural e Projeto pelas Minorias...).

Em relação ao projeto de Educação Intercultural, é importante referir, que este foi levado a cabo entre os anos de 1993 a 1997, ao abrigo do Despacho 170/ME/93 de junho 1993 e teve os seguintes objetivos: incentivar a educação intercultural da sociedade portuguesa, que permitisse desenvolver atitudes de maior adaptação à diversidade cultural; Considerar e valorizar os diferentes saberes e culturas das populações servidas pelas escolas abrangidas neste projeto; Criar um sistema de apoio aos órgãos de direção e gestão pedagógica das escolas para o diagnóstico e conceção, realização e avaliação dos projetos de intervenção cultural.

Importa ainda referir que em mil novecentos e noventa Portugal assinou a Convenção dos Direitos da Criança e que, no seu artigo 30º refere:

Nos estados em que existam minorias étnicas, religiosas e linguísticas (...) nenhuma criança (...) que pertença a uma dessas minorias poderá ser privada do direito de, (...) ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua. (Convenção dos Direitos da Criança, 1990)

Também os Serviços Centrais do Ministério da Educação produziram, em julho de 2005, o *Documento Orientador – Português Língua Não Materna no*

Currículo Nacional, no qual se estabelece o programa para integração dos alunos que não têm o Português como língua materna onde se refere:

A Escola é o espaço privilegiado para desenvolvimento da integração social, cultural e profissional das crianças e jovens recém-chegados. O seu sucesso escolar, intrinsecamente ligado ao domínio da língua portuguesa, é o fator essencial desta integração. Assegurar uma integração eficaz e de qualidade é um dever do Estado e da Escola. (Documento Orientador – Português Língua Não Materna no Currículo Nacional, 200: p 3)

É importante também mencionar o Plano de Integração dos Imigrantes (PII), criado através da resolução do Conselho de Ministros nº63-A/2007 de 3 de maio e aprovado pela lei n.º 23/2007, de 4 de julho, tendo em vista melhorar a integração de crianças e jovens. Este plano aponta para a necessidade de “formação dos professores para a interculturalidade”, de “adequação das estratégias de acolhimento da escola às especificidades dos alunos descendentes de imigrantes”, valorização “do papel do professor no acolhimento e integração de alunos descendentes de imigrantes” e ainda “apetrechamento das escolas com materiais interculturais”.

Merecem também destaque a implementação do Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), levando a que no ano letivo 2009/2010, fossem 99 os agrupamentos de escolas envolvidas, assim como o programa - Português Para Todos (PPT), lançado com o objetivo de reconhecer a importância da aprendizagem da Língua Portuguesa e facilitando o exercício de cidadania e igualdade de oportunidades para quem chega ao nosso país.

Portugal, como país da União Europeia segue também as suas orientações a todos os níveis, sendo a igualdade e a não discriminação valores e princípios que se encontram devidamente legislados por esta Instituição.

Em 2007 foi assinalado o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Com esta iniciativa pretendeu-se sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade mais coesa e justa, procurando combater comportamentos discriminatórios. Também em 2008 foi assinalado o Ano Europeu do Diálogo Intercultural, pretendendo valorizar a diversidade e a união entre todos. A par destas iniciativas, o Conselho da Europa tem proposto o desenvolvimento de instrumentos

para reforçar a coesão social e o diálogo intercultural, preconizando a introdução de políticas educativas, de métodos e estratégias de ensino que respeitem a diversidade cultural. Um dos aspetos diz respeito à imigração, sendo que, a este nível, visa assegurar-se que os filhos dos imigrantes tenham acesso à educação nas mesmas condições que os nacionais dos países que a compõe.

Como podemos verificar, todas as recomendações vão no sentido de consagrar a igualdade de direitos educativos e de oportunidades para todas as crianças. Neste sentido, a escola deverá contribuir para a integração de todos, aceitando e valorizando a cultura de cada um, devendo ser capaz de dar respostas adequadas aos problemas que eventualmente possam surgir. Considera-se importante que as políticas educativas deem relevo às questões de igualdade de oportunidades educativas para todos, atribuindo um papel importante à educação inter/multicultural, podendo assim, evitar consequências nefastas para alguns alunos especialmente os de origens étnicas minoritárias.

1.4 - Clarificação de conceitos

1.4.1 – Multiculturalidade e interculturalidade

O conceito de multiculturalidade é de origem americana ou de inspiração anglo-saxónica e resulta da junção de dois termos: multi e cultura, o que significa pluralismo cultural, que define a existência de uma série de culturas diferentes na mesma sociedade, reconhecendo as diferenças mas não estabelecendo relações entre elas. De acordo com (Cortesão, 1995) o conceito de multiculturalidade é visto como a procura de compreensão das especificidades de cada cultura num determinado local onde convivem culturas diferentes.

O multiculturalismo é uma noção que se encontra relacionada com questões de origem étnica, sexual e cultural. Segundo (Kincheloe e Stinberg, 1999) este conceito é mais usado para definir raça, mas é alargado a outros géneros de diversidade como é o caso do género, da deficiência, linguagem, orientação sexual e classe socioeconómica. Trata-se de um conceito que, por vezes, é apresentado por alguns autores de forma controversa, sendo vários os entendimentos que dele se fazem. No

entanto, podemos considerar alguns aspetos que o caracterizam e que são de aceitação geral: corresponde à ideia de uma educação tolerante, respeitadora do outro e promotora da diversidade cultural; reconhece a igualdade de oportunidades, desenvolve o espírito de tolerância combatendo os preconceitos, compreende e resolve conflitos trazidos pela diversidade cultural.

Na literatura contemporânea encontram-se algumas aceções diferentes para o conceito de sociedade multicultural, tendo-nos parecido mais relevante, para este estudo, a que diz respeito à existência de diversas comunidades étnicas originadas pela imigração, sendo que essa comunidade étnica é marcada pela diferença em termos de língua, religião, usos e costumes. Neste sentido, considera-se que Portugal passou a ser uma sociedade multicultural há poucas décadas.

O conceito de interculturalidade tem vindo a ser usado, nos últimos anos, ocupando um lugar privilegiado na abordagem de questões relacionadas com a diversidade, especialmente ao nível do ensino e da educação. Este conceito é usado quando pessoas de culturas diferentes interagem, encontrando-se ao mesmo nível, ou seja nenhuma cultura é superior ou inferior à outra, promovendo a convivência e a integração, tendo como fundamento a promoção de um contacto construtivo entre as diferentes comunidades e a aceitação mútua de diferentes formas de viver.

A interculturalidade implica a noção de reciprocidade e de partilha na aprendizagem. Para (Cortesão, 1995: p. 34) o termo intercultural “supõe o conhecimento/reconhecimento de cada cultura, garantindo, através de uma interação crescente o seu enriquecimento mútuo”. A interculturalidade defende valores como a paz, igualdade, tolerância e cidadania, opondo-se ao domínio de umas culturas sobre as outras.

Por vezes, a multiculturalidade é utilizada como sinónimo de interculturalidade, para se referir a práticas e princípios de igualdade e de reconhecimento da diferença. No entanto, a interculturalidade demarca-se do conceito de multiculturalidade, isto porque procura integrar tanto as diferenças como as semelhanças, promovendo a comunicação e a interação positiva entre os diferentes grupos que compõe a atual sociedade. Segundo (Fleuri, 2005) este conceito é diferente do conceito de multiculturalidade que indica apenas a coexistência de

diversos grupos culturais na mesma sociedade sem apontar para uma existência de convivência. (Gonçalves, 1997) sobre estes dois termos afirma o seguinte:

No plano intercultural, trata-se de reconhecer o contributo indispensável de cada cultura particular para a construção da cultura comum, com o sentido exigente de evitar o primado de uma cultura sobre as outras e de livre e deliberadamente admitir a expressão das culturas de origem e, no plano multicultural evidencia-se a incidência dos conteúdos específicos das diferentes culturas, sem a preocupação de estabelecer, enriquecer e explorar as possíveis interações entre elas. (Gonçalves, 1997: p. 21)

Esta abordagem pedagógica, que nas últimas décadas tem vindo a adquirir grande visibilidade, é considerada universal e inclusiva, pois dirige-se a todos, sendo um princípio educativo transversal a todas as áreas do saber. (Neto, 2007) sobre este conceito, afirma que não se limita às escolas onde se encontram as minorias étnicas, mas a toda a sociedade em geral, com a finalidade de preparar as pessoas para a construção de uma sociedade plural e democrática.

Sobre as definições destes dois conceitos que fomos encontrando na literatura consultada e seguindo autores conceituados nesta matéria, como Luísa Cortesão e Stephen Stoer, optámos por, ao longo deste trabalho, usar o termo inter/multiculturalidade.

1.4.2 - Raça e etnia

O termo raça é usado para designar grupos pelas características biológicas, conforme Dicionário da Língua Portuguesa (Costa e Melo, 1998: p. 1384) raça refere-se “ao agrupamento natural de indivíduos que apresentam um conjunto de caracteres hereditários, independentemente da língua, dos costumes e da cultura”. Este termo, hoje fortemente polémico, por remeter para questões de poder e que tem como base as características genéticas dos indivíduos, utiliza um conjunto de critérios com base em características físicas e biológicas (por exemplo a cor da pele e o tipo de cabelo), para dividir os seres humanos em determinados números de raças. Como

afirma (Houaiss et al., 2002) o conceito de raça sugere uma divisão tradicional e de modo arbitrário dos grupos humanos determinada pelo conjunto de caracteres físicos hereditários tais como a cor da pele, o formato da cabeça, o tipo de cabelo, etc.

Presentemente, o termo costuma aparecer associado ao racismo, que se traduz numa atitude de discriminação e de preconceito, sendo usado pejorativamente para desvalorizar certos grupos, atribuindo-lhes características de inferioridade. O racismo tem-se vindo a manifestar por meio de práticas discriminatórias apoiadas em diferenças ao nível biológico e/ou cultural. Como afirma (Rosemberg et al., 2003: p. 128) o “racismo é uma ideologia, uma estrutura e um processo pelo qual grupos específicos, com base em características biológicas e culturais verdadeiras ou atribuídas, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inerentemente diferente e inferior”.

O termo etnia refere-se a grupos de pessoas que possuem aspetos físicos, tradições e elementos culturais comuns, possuindo também o sentimento de identificação e de pertença a esses determinados grupos. Segundo (Costa e Melo, 1998: p. 708) etnia “é o conjunto de indivíduos que, podendo pertencer a raças diferentes, estão unidos por uma civilização e em particular, por uma língua comum”. (Houaiss et al., 2002) define etnia como um grupo de indivíduos que se diferencia pelas características socioculturais, especialmente observadas ao nível da língua, da religião e da maneira de proceder. O autor (Sousa Pereira, 2004) define grupo étnico como um:

Conjunto de indivíduos, inseridos num contexto cultural mais abrangente, que se identificam e são identificados como diferentes, a nível cultural, argumentando essas diferenças com aspetos mais ou menos notórios, tais como a língua, história, religião, vestuário adotado, características físicas, etc. (Sousa Pereira, 2004: p. 29)

Também (Cardoso, 1996: p.18) afirma que “ Um grupo étnico refere-se a um conjunto de indivíduos (...) se reconhecem e são vistos como culturalmente diferentes, com base em elementos distintivos não visíveis – a língua, a história, a religião- e/ou visíveis – formas de vestir, características físicas”. Em suma, podemos

considerar que etnia é um conjunto de indivíduos que tem em comum a língua, a religião, a cultura e habitam na mesma zona geográfica.

Como verificamos, pela literatura consultada, tanto o conceito de etnia como o de raça, são suscetíveis de diferentes interpretações. Na verdade, muitos autores apontam para a utilização dos dois termos de forma equivalente devido às dificuldades reveladas em falar de um sem mencionar o outro. Como tal, optámos por utilizar o termo raça/etnia.

1.4.3 - As questões de género

O conceito de género está relacionado com a diferenciação entre homens e mulheres. A nível sociológico este conceito refere-se às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino e está relacionado na maneira como a sociedade cria papéis sociais e comportamentos relacionados com os homens e com as mulheres. Este conceito distingue-se do conceito de sexo, que se refere às diferenças anatómicas e fisiológicas que define o corpo masculino e feminino. Relacionado com as questões de género, importa referir que a igualdade de género consiste na participação equilibrada de mulheres e homens, sem qualquer constrangimento, nos diversos campos da sociedade: social, económico, político e familiar.

A verdade, é que ao longo dos tempos, a nossa sociedade foi tradicionalmente sexista e machista. Por muito tempo as mulheres foram excluídas de vários direitos. Contudo, nas últimas décadas, muitas foram as alterações que ocorreram, tanto ao nível legislativo como de atuação. No entanto, algumas marcas ainda persistem na nossa sociedade, verificando-se diferentes representações generalizadas e socialmente valorizadas sobre homens e mulheres, ou seja os estereótipos de género.

Sendo a escola o reflexo da sociedade, importa analisar o que nesta se verifica no que diz respeito ao material didático, em especial aos manuais escolares, com o sentido de verificar se estão presentes denotações/conotações relacionadas com estereótipos sexistas, no que diz respeito ao papel que homens e mulheres desempenham na sociedade e na família. De acordo com a literatura consultada

referente a alguns estudos sobre manuais escolares, ficamos com a ideia de que estes continuam a manter os estereótipos e a transmitir a diferenciação em termos de género. Os indivíduos do sexo masculino aparecem com mais frequência em relação aos indivíduos do sexo feminino, assim como o sexo feminino aparece em atividades profissionais menos valorizadas e atribuídas tradicionalmente às mulheres. Segundo (Luís Souta, 1997: p. 55) nos manuais escolares continuam a existir os estereótipos sobre as mulheres.

Neste contexto, (Teresa Pinto, 2004) sugere que os modelos apresentados nos manuais sejam diversificados como por exemplo homens e mulheres deverão ser representados a exercer funções de liderança, em profissões variadas das diferentes áreas, quer sociais como tecnológicas. Esta autora considera fundamental que o sistema educativo prepare os jovens de ambos os sexos para o exercício total da cidadania.

1.4.4 - A religião

Sendo Portugal um país maioritariamente católico, mas com várias comunidades confessionais historicamente consolidadas, consideramos que esta temática deverá ser abordada enquanto manifestação cultural tendo sempre presente a existência de múltiplas religiões e salientando a importância da tolerância inter-religiosa.

Com afirma (Esther Mucznik, 2007: p. 33) “Num mundo globalizado e aberto, de livre circulação de coexistência e frequentemente de confronto de culturas e religiões, torna-se indispensável, não apenas o conhecimento da tradição religiosa em que vivemos, mas também o conhecimento das outras grandes tradições religiosas da humanidade”. De facto, a escola deverá abordar a religião dando a conhecer aos alunos a diversidade religiosa existente no mundo e não só a tradição do meio em que estamos inseridos.

Os manuais escolares, para além de serem um dos principais transmissores do programa escolar, servem também para o aluno aprender e construir o seu conhecimento do mundo. Ou seja, eles são fornecedores dos conteúdos de

aprendizagem para os alunos, mas influem também na sua formação social e na sua visão da vida e do mundo. Assim, estes devem fazer referência a símbolos e manifestações religiosas dos diferentes povos, como por exemplo, mostrando diferentes maneiras da celebração do Natal ou de outras tradições religiosas.

É claro que a temática religiosa ocupa um tempo e um espaço próprio no programa escolar. A lecionação da disciplina de Educação Moral e Religiosa, no 1º Ciclo do Ensino Básico, encontra-se devidamente legislada, com o seu programa próprio.

1.4.5 - Necessidade Educativas Especiais

A inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) é uma questão atual e a escola é o lugar mais indicado para que essa inclusão ocorra, tendo em vista proporcionar um ensino de qualidade a todos os alunos. A escola deve proporcionar possibilidades às crianças com NEE, para que possam identificar as suas necessidades e capacidades, facilitando a sua autonomia, no sentido de inclusão e aceitação por parte de todo o grupo. Segundo dados do II relatório de Portugal sobre aplicação da Convenção dos Direitos da Criança, em 10 crianças 0,9 tem qualquer forma de incapacidade ou deficiência.

De facto, para os indivíduos portadores de deficiência, assim como para todos os cidadãos, a educação constitui o primeiro passo para a promoção da autonomia, da autoestima, permitindo e facilitando a inclusão social.

Nos últimos anos, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994), tem vindo a afirmar-se cada vez mais a noção de escola inclusiva, capaz de acolher grupos de crianças que tradicionalmente eram excluídos.

A Declaração de Salamanca que trata dos Princípios, Política e Prática em Educação Especial é considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social. Nela é salientada a importância da inclusão nas escolas regulares, como melhor meio de combate à discriminação e de promoção da deficiência. Declaração de Salamanca (1994) “As crianças e jovens com necessidades especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem

adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades”.

Também a Lei de Bases do Sistema Educativo afirma a necessidade de organização das escolas regulares de modo a incluir a educação especial, tendo em conta as especificidades de cada indivíduo, conforme podemos constatar no ponto 1 do artigo 21º “A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico”.

O Decreto-lei nº 319/91 de 23 de agosto regula a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares. No seu artigo 2º no ponto 1 pode ler-se: “O regime educativo especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais”. Essas adaptações referem-se a: equipamentos especiais; adaptações de materiais; adaptações curriculares etc.

Mais recentemente, o Decreto-lei nº 3/2008 de 7 de janeiro reafirma a necessidade de promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças. No seu ponto um do artigo 2º pode ler-se “princípios da justiça e da solidariedade social, da não discriminação e do combate à exclusão social, da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo”.

Com é evidente, algumas das crianças com NEE, possuem materiais e manuais escolares adaptados às suas necessidades, com é o caso das crianças cegas. Mas, nas nossas escolas há crianças com NEE que possuem os mesmos manuais escolares, daí a importância deles conterem textos e imagens onde seja abordada a problemática da deficiência.

Para além de ser importante que os alunos portadores de deficiência participem nas atividades da escola e façam as suas conquistas, é também de grande importância que se vejam representados nos manuais, através de personagens que abordem a deficiência. Adicionalmente, é também fundamental que se aposte na sensibilização e no enriquecimento individual das outras crianças sobre a realidade das crianças portadoras de deficiência.

2. Os Manuais Escolares

2.1 – Conceções e importância do manual escolar

Etimologicamente, a palavra manual indica-nos algo que “se tem à mão”, que é facilmente manuseável e que é portátil.

Os manuais escolares são os instrumentos onde estão apresentados os conteúdos selecionados pelos programas curriculares, eles são considerados os suportes de aprendizagem mais utilizados nas nossas escolas.

Algumas são as definições que encontramos, na literatura consultada: segundo (Magalhães, 1999: p. 285) “O livro escolar é um dispositivo pedagógico central do processo tradicional de escolarização”. (Gérard e Roegier, 1998: p. 19) afirmam que “O manual pode ser definido como um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia.” Portanto, o manual escolar é um instrumento estruturado para assegurar aos alunos uma aprendizagem com sucesso, como também tem legitimidade para a transmissão de conhecimentos, com refere (Dendrinós, 1997: p. 225) “Eles podem ser considerados como o meio autorizado de transmitir saber legítimo aos alunos.”

Se olharmos para a realidade que nos rodeia, é sem sombra de dúvida incontornável a ligação que existe entre o processo ensino-aprendizagem e os manuais escolares. Para a população em geral, é impensável a escola sem eles. Daí, a grande preocupação das famílias na sua aquisição e a confiança que neles depositam em relação ao sucesso dos seus educandos. De facto, o manual adquire importância para além da sala de aula, pela utilização dos alunos na realização dos trabalhos de casa e pela utilização que os encarregados de educação fazem dele na ajuda e controle dos mesmos, para verificarem a evolução do trabalho escolar dos seus educandos. Na verdade, uma grande maioria dos pais atribui-lhes grande importância, como considera (Carvalho e Fadigas, 2009: p. 22) “O recurso educativo mais mobilizado pelos encarregados de educação quando querem auxiliar os seus educandos nos estudos.” Estes autores consideram os manuais muito benéficos, pela promoção da proximidade entre os alunos e a restante família, uma vez que os temas

desenvolvidos nestes muitas vezes tornam-se temas de conversas familiares. Como tal, os manuais podem ser um importante meio facilitador da relação entre a escola e a família, possibilitando aos pais acompanhar e verificar as aprendizagens dos filhos.

Os manuais escolares são, também, bastante usados pelos professores, tendo uma função formativa e de atualização de conhecimentos tanto científicos como pedagógicos, eles exercem influência na prática letiva. (Garcia-Rodeja Gayoso, 1997: p. 35) refere que eles “exercem uma forte influência na hora de tomar decisões sobre o que e como ensinar.” De facto, a grande maioria dos professores têm neles a máxima confiança, eles são um ponto de apoio e de referência na transmissão de conhecimentos e saberes. Os professores utilizam-nos para seguir as sugestões e orientações dos programas escolares, fazendo deles o recurso didático mais usado nas nossas escolas.

Também ao nível dos diplomas legais produzidos, nomeadamente no nº 2 do Decreto-Lei 369/90, o manual escolar é apresentado como “instrumento de trabalho, impresso, estruturado e dirigido ao aluno, que visa contribuir para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição dos conhecimentos propostos nos programas em vigor.” Mais recentemente, o Decreto-lei nº 47/2006 define o manual como um instrumento construído em função do programa oficial, um:

Recurso didático-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino-aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio a trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de atividades didáticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor. (Artigo 3º, Decreto-lei nº 47/2006)

Esta definição, sendo mais atual, torna-se também mais abrangente, pois apesar de considerar os manuais importantes, refere a existência de outros recursos didáticos. Menciona-se também que os manuais são instrumentos de apoio para o

trabalho dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento das aprendizagens e de competências.

2.2 - Funções do manual escolar

Os manuais escolares foram, ao longo dos tempos, sofrendo as mais variadas alterações a todos os níveis, destacando especificamente ao nível de veículo de valores. Para (Choppin, 1992: p. 164), os manuais podem ser “veículos ideológicos e culturais” e “reflexos da sociedade”. Também segundo (Vidigal, 1994) os manuais refletem as concepções predominantes em determinadas épocas relativas aos conhecimentos e comportamentos que se pretendem transmitir, pois são eles que a grande maioria das vezes determinam as metodologias e as práticas pedagógicas dentro da sala de aula, tendo o poder de controlar a transmissão cultural e ideológica que mais convém, em determinado momento, à classe política dominante.

Desta forma, o manual escolar apresenta-se condicionado pelas mudanças sociais, políticas e culturais, assim como pelos valores que transmite. De facto, eles são capazes de formar consciências, comportamentos e valores sociais. (Pacheco, 1997) considera que os manuais têm desempenhado um papel decisivo no processo educativo servindo como meio de dissimular atitudes, crenças e valores de carácter político, religioso e económico. Segundo este autor, a função dos manuais varia de acordo com o contexto económico ideológico e político. Também (Apple, 2002) afirma que os manuais escolares refletem legitimamente a cultura que se pretende transmitir na sala de aula.

De acordo com (Cabral, 2005: p. 42) que considera que os manuais se apresentam “Em termos culturais como elo de ligação entre o conhecimento e o aluno, apresentando um sistema de valores e uma ideologia mais ou menos explícita mas capaz de exercer uma influência moral e intelectual sobre os utilizadores”. Na verdade, os manuais escolares dirigem-se a crianças, que à partida são ainda pouco críticas e bastante permeáveis a possíveis ideologias pedagógicas, sociais e culturais. Para muitos, os conteúdos, ao nível do texto e da imagem, presentes nos manuais podem ser considerados como verdades absolutas.

É neste aspeto que os manuais se apresentam poderosos na transmissão de conhecimentos e valores. Esse poder tem sido ao longo de anos aproveitados por vários tipos de poder político. Perante esta realidade, nenhum governo tem sido alheio à importância dos manuais escolares, tudo tem sido legislado no sentido de controlar o seu estatuto e a sua importância, como o facto de serem aprovados por legislação específica, definição de critérios para a escolha e adoção, tempo de vigência, etc.

Citando (Morgado, 2004: p. 37) que os considera “um produto de consumo, suporte de conhecimentos, veículo transmissor de um sistema de valores, de uma ideologia e por último, um instrumento pedagógico”. Ainda sobre as funções dos manuais escolares este autor afirma que:

Alguns manuais escolares veiculam valores e atitudes aceites por determinados grupos sociais dominantes, apresentando-os como naturais, não prestando a devida atenção a certas culturas marginalizadas e mais desfavorecidas que, para além de não figurarem no padrão cultural que normalmente as escolas exibem, são tidos como fazendo parte de uma realidade que não pode ser transformada. (Morgado, 2004: p. 39)

Segundo este autor, os manuais escolares transmitem valores e princípios que contribuem para a ideia de uma sociedade homogénea, assim como têm também a função de controlar o processo ensino-aprendizagem.

Martins fala dos manuais como sendo um sistema cultural que estabelece e organiza as relações entre as pessoas que vivem numa determinada sociedade.

Podemos encará-los como um sistema cultural, como um sistema de símbolos em interação, o que quer dizer como uma rede ou uma teia de significações que se entrecruzam. Encarar os textos escolares deste ponto de vista conduz-nos à identificação dos objetos discursivos com valores e sonhos. Estas crenças e sonhos integram um corpo simbólico, que ao mesmo tempo age sobre a vida real e a reflete (...) o simbólico organiza duravelmente a vida da comunidade e as relações dos indivíduos com a comunidade. É essa a sua função. (Martins, 1996: p. 83)

Os manuais escolares segundo (Choppin, 1992 p 18 a 20) podem ser analisados à luz de quatro dimensões:

- i) produto de consumo, dependente das políticas educativas, da evolução demográfica e da capacidade de produção e difusão das empresas;
- ii) suporte de conhecimentos escolares;
- iii) veículo de um sistema de valores, de uma ideologia, duma cultura...;
- iv) instrumento pedagógico.

De acordo com este autor, o manual é uma interpretação do programa, contém a informação necessária para o aluno obter sucesso a uma determinada disciplina. (Chopin 2004) refere-o como “suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas e habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.” Também para este autor, o manual apresenta métodos de aprendizagem, atividades e exercícios que permitem o desenvolvimento de determinadas competências. Ainda, (Choppin, 2004) refere-se ao manual como “ Um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes.” Ou seja, considera os manuais como instrumentos culturais e pedagógicos que para além de transmitirem conhecimentos, também o legitimam. De certa forma, estas dimensões permitem-nos analisar e reconhecer os aspetos que caracterizam a sociedade, as suas conceções e práticas educativas.

Considerando que a principal função dos manuais escolares é o desenvolvimento de competências no aluno, (Gérard & Roegiers, 1998), apresentam as seguintes funções para os manuais dirigidos aos alunos e que são:

- i) função de transmissão de conhecimentos;
- ii) função de desenvolvimento de capacidades e de competências;
- iii) função de consolidação e aquisição de aprendizagens;
- iv) função de avaliação das aquisições;
- v) função de ajuda na integração das aquisições;
- vi) função de educação social e cultural.

Nesta perspetiva, o manual tem como função essencial transmitir conhecimentos que permitam ao aluno relacionar-se com o seu quotidiano e com o meio envolvente.

Observamos que, no nosso país, ao nível político, tem sido dada uma certa importância aos manuais escolares, pelo que, desde a necessidade de serem aprovados por legislação específica, à definição de critérios de escolha e adoção, até à regulamentação da sua utilização e vigência, tudo tem sido feito no sentido de controlar a sua importância e estatuto.

Assim sendo, verificámos que lhe são atribuídas determinadas funções a nível legislativo como é o caso da Lei de Bases do Sistema Educativo, no artigo 41º, ponto 2, que lhe confere o estatuto de “recurso educativo privilegiado”, são também, em documentos oficiais atribuídas funções como contribuir para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição de conhecimentos propostos nos programas em vigor. Ainda são referenciados como um valor acrescido para a formação cívica e democrática dos alunos “O manual escolar (...) contribui também, através de valores que explicita ou implicitamente veicula, para a formação cívica e democrática dos alunos”. Também reitera a sua importância na aquisição de conhecimentos, atitudes e hábitos de trabalho, “ (...) enquanto auxiliar do processo de ensino e de aprendizagem, o manual escolar visa contribuir para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento de capacidades, atitudes e hábitos de trabalho”.

Como é óbvio, consideramos que o manual é uma ferramenta que se insere nas estratégias de aprendizagem mais comum nas nossas escolas. Mas consideramos que cada vez mais existem outros materiais que marcam presença na sala de aulas, desempenhando estas e/ou outras funções, com o objetivo de facilitarem a construção do saber, nos alunos.

2.3 - Avaliação, certificação e adoção

Como já foi dito, o manual escolar desempenha um papel essencial como recurso educativo, sendo a sua importância reconhecida pelos vários intervenientes no processo educativo, pois a maioria das vezes eles determinam a prática letiva, sendo por isso cada vez mais necessário e importante refletir sobre a sua avaliação, seleção e adoção. O processo de escolha de um manual escolar deve basear-se em

critérios rigorosos e fundamentados. Neste sentido, compreende-se a necessidade do sistema educativo procurar definir e regular o processo de conceção, desenvolvimento, avaliação e adoção de manuais. No nosso país, ao longo dos últimos anos, foram sendo definidas algumas linhas orientadoras.

Assim sendo, em 1990, a publicação do Decreto-Lei nº 369/90 apresenta como objetivo “assegurar a qualidade científica e pedagógica dos manuais escolares a adotar através de um sistema de apreciação e controlo”.

Em 2006, com a publicação da Lei nº47/2006, de 28 de agosto e que prevê a avaliação e a certificação dos manuais escolares, através das quais se pretende garantir a qualidade científica e pedagógica dos manuais a adotar, assegurar a sua conformidade com os objetivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas ou orientações escolares em vigor e atestar que constituem um instrumento adequado de apoio ao ensino e aprendizagem e à promoção do sucesso escolar. A lei acima citada e o Decreto-Lei nº 261/2007, de 17 de julho, implicam a adoção de metodologias com vista a operacionalizar e executar o processo de avaliação e certificação dos manuais.

A avaliação para a certificação de manuais escolares é realizada por comissões de avaliação e, também, por outras entidades acreditadas para o efeito conforme o nº 7 do artigo 9º da Lei nº 47/2006, de 28 de agosto. No Despacho nº 29864/2007, de 30 de novembro, é também apresentado um anexo com a especificação dos critérios de avaliação para certificação. Foi, assim, instituído um regime de avaliação, certificação e adoção de manuais escolares que passou a aplicar-se a partir das adoções para o ano letivo de 2008/2009.

Para avaliar e certificar manuais escolares, podem ser acreditadas as entidades que cumpram os requisitos previstos no nº 1 do Artigo 8º do decreto-lei nº 261/2007, de 17 de julho, e no Despacho nº 29864/2007, de 30 de novembro, a saber: “exerçam o essencial da sua atividade nas áreas científicas e pedagógicas”; “não sejam, as entidades e os seus peritos, autores de manuais nem detenham interesses em empresas, editoras ou outras ligadas à produção de manuais escolares ou de outros recursos didático-pedagógico”.

Espera-se que as entidades acreditadas para fazer a avaliação e certificação de manuais escolares, colaborem com as instituições que se dedicam à edição de

manuais, garantindo a qualidade científica e pedagógica dos projetos para adoção, de maneira a assegurar que estes constituem um instrumento adequado ao processo ensino/aprendizagem e desta forma sejam promotores do sucesso educativo.

O processo de avaliação e certificação de manuais escolares, de acordo com o art. 2º da Lei nº 47/2006, assenta em quatro princípios orientadores: “liberdade e autonomia científica e pedagógica na conceção e na elaboração dos manuais escolares”; “Liberdade e autonomia dos agentes educativos, mormente os docentes, na escolha e na utilização dos manuais escolares no contexto do projeto educativo da escola ou do agrupamento de escolas”; “Liberdade de mercado e de concorrência na produção, edição e distribuição de manuais escolares e a sua conformidade com os objetivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares” e “Equidade e igualdade de oportunidades no acesso aos recursos didático-pedagógico”.

Assim, e de acordo com o ponto 1 do artigo 11º da Lei acima mencionada, os manuais escolares para serem certificados, têm de conseguir uma apreciação favorável relativamente a um conjunto de critérios que são objeto de análise como: rigor científico, linguístico e conceptual; adequação ao desenvolvimento das competências definidas no Currículo Nacional; conformidade com os programas ou orientações curriculares; qualidade pedagógica e didática e valores (não fazer ou induzir discriminações e não constituir veículo de propaganda política, religiosa e ideológica). No ponto 2 refere-se que “as comissões de avaliação atendem também a valores constitucionais, designadamente da não discriminação e da igualdade de género.” Consideramos ainda importante registar o ponto 3 “Atende também à diversidade social e cultural do universo de alunos a que se destinam os manuais”.

A adoção de manuais escolares é o resultado do processo pelo qual a escola ou o agrupamento de escolas, avalia a adequação dos manuais certificados ao respetivo projeto educativo, tal com estabelece o artigo 16º da Lei nº 47/2006, de 28 de agosto. Há ainda a referir que a Lei atrás citada promulga o período de vigência dos manuais escolares para seis anos.

Os critérios de adoção estão definidos pelo ministério da educação, que disponibiliza a todos os docentes, no momento da apreciação, seleção e adoção uma grelha própria para o efeito (anexo 5). Encontrando-se essa grelha modelo de registo,

na Base de Dados de Manuais Escolares, no site da DGIDC e de preenchimento obrigatório por parte das escolas. Tem como objetivo garantir a qualidade científica e pedagógica dos manuais escolares e de assegurar que estes estão em conformidade com as finalidades e conteúdos do currículo nacional e dos programas e/ou orientações em vigor.

Sendo motivo de avaliação, na grelha do Ministério da Educação, os seguintes critérios que importam referir para a realização deste trabalho: Responde aos objetivos e conteúdos do programa/orientações curriculares; Promove a educação para a cidadania; Não apresenta discriminações relativas a sexo, etnias, religiões, deficiências.

Ainda sobre este tema e numa perspetiva de educação intercultural, importa-nos referir (Cardoso, 1996: p. 57) que nos fala de alguns critérios considerados importantes para a avaliação e seleção de materiais didáticos, dos quais destacamos:

- Os materiais devem conter referências e/ou ilustrações de diversos grupos étnicos, numa proporção equivalente à sua expressão real na sociedade;
- Os materiais, não devem conter referências explícitas ou implícitas que tendam a diminuir, estereotipar, padronizar ou subestimar os grupos minoritários;
- A descrição de diversos grupos étnicos e culturais não se deve limitar à sua cultura de origem, mas apresentar esses grupos integrados no quotidiano do país/cultura da maioria.

Este autor refere-se, ainda, ao cuidado a ter e à importância que se deve dar aquando da escolha de livros para crianças, tanto ao nível das ilustrações, como do estilo de vida das pessoas representadas e da relação entre elas.

Como tal, a adoção de manuais escolares exige que se tomem alguns cuidados, de modo a que sejam adotados os que menos erros e insuficiências apresentem. É sabido que estes refletem a perspetiva que os autores têm da forma como o programa deve ser lecionado e no que diz respeito à Língua Portuguesa os programas apresentam um grau de abertura que permitem variadas seleções de textos, ilustrações e atividades. Pelo que os docentes, aquando da seleção destes deverão verificar se estão de acordo com o essencial do programa, se servem de apoio ao desenvolvimento das competências e se se adequam ao respetivo público escolar.

2.4 - As imagens nos manuais escolares

A motivação que se prende com a elaboração desta investigação, ao nível das imagens reside na acrescida importância que estas desempenham nos atuais manuais escolares e na elevada percentagem de espaço que ocupam relativamente ao texto. De facto, os manuais escolares utilizam cada vez mais a linguagem icónica como recurso de aprendizagem e comunicação. (Seguim, 1989) considera-as como os fatores que mais promoveram o desenvolvimento dos manuais escolares nos últimos anos.

Numa altura em que a tecnologia educativa vulgariza, cada vez mais, a utilização de imagens, e sabendo da sua importância para o processo ensino-aprendizagem dos nossos alunos, pois o uso de metodologias apoiadas na imagem segundo (Calado, 1994: p. 72) “Favorece o desenvolvimento de faculdades que lhes permitem enfrentar com cada vez maior segurança e autonomia a verdadeira “overdose” informativa que lhe é oferecida em contexto sociocultural em que se vive.” Através das imagens os alunos aprendem a compreender melhor a realidade que os rodeia. (Cabral, 2005: p. 54) também se refere acerca da importância da análise de conteúdo ligada à componente iconográfica nos processos didáticos, referindo que esta tende a ser uma via metodológica importante. De facto, os manuais escolares utilizam cada vez mais a imagem como recurso de aprendizagem e de comunicação. As imagens desempenham funções que podem complementar ou facilitar a aprendizagem dos conceitos que se pretendem transmitir e, também, contribuem para tornar os manuais mais apelativos. As ilustrações desempenham um papel importante, e muitas vezes chegam a ocupar mais espaço do que o texto.

Por isso, deve considerar-se que as ilustrações que se utilizam nos manuais escolares devem ser de qualidade, privilegiando a transmissão positiva de mensagens, devendo facilitar e favorecer o processo de comunicação e de transmissão de conhecimentos. Uma boa ilustração deve ser clara e precisa, não deve ser ambígua e deve estar diretamente dependente do texto com o qual se relaciona. Considera-se que elas devem ser usadas de forma criteriosa e refletida, pois podem ser suscetíveis de diversas interpretações por parte dos seus leitores, neste caso os alunos.

Ainda em relação às imagens há a considerar que elas não são inócuas, pois permitem desenvolver a sensibilidade e a criatividade assim como desenvolvem diferentes formas de olhar o mundo, permitem explorar e transmitir ideias, valores e entender as diferenças culturais. Este aspeto é tanto mais relevante, quanto se trata de crianças que estão em fase de desenvolvimento de conceitos.

As imagens têm um forte poder de persuasão, elas ativam a atenção e podem despoletar emoções, são por isso um dos meios mais usados para a apreensão de conceitos, tendo a prioridade em matéria de aprendizagem. De facto, as imagens têm inúmeras potencialidades, a nível pedagógico. Elas têm o poder de captar a atenção das crianças, servem de motivação, ajudam os alunos a tornarem-se mais participativos, empenhados e tornam mais fácil a aceitação da mensagem que se pretende transmitir.

Considera-se que elas também ajudam na memorização dos conteúdos dos textos e reforçam as informações mais importantes que deles pretendemos retirar. As imagens podem impulsionar o desenvolvimento da expressão verbal, motivando e promovendo o diálogo, podendo também intervir ao nível do desenvolvimento da afetividade dos alunos. Também (Calado, 1994) considera que as imagens têm a função de complementar informações e documentá-las (função representacional); recodifica-las (função transformadora) e fixá-las (função memorística).

Neste contexto, torna-se importante que os manuais escolares permitam a exploração de imagens que implementem nos alunos competências e aptidões através das quais aprenderão a interpretar e conhecer o mundo que os rodeia. Neste sentido torna-se importante promover nos alunos estratégias que lhes permitam ler e interpretar conscientemente as imagens conforme afirma (Calado, 1994):

Fornecer ao aluno os conhecimentos necessários para uma leitura consciente das imagens levá-lo-á a descobrir os seus códigos, é contribuir para a integração do futuro cidadão (...). Fazer do aluno um indivíduo civicamente responsável e torná-lo capaz de analisar, escolher, decidir e intervir. Assim como um cidadão com espírito crítico e liberto de preconceitos. (Calado, 1994: p.122)

Face ao exposto, e sendo as imagens um recurso pedagógico com grandes potencialidades, consideramos que é importante os alunos saberem lê-las e interpretá-las. Por outro lado, é fundamental que as imagens presentes nos manuais escolares sejam significativas e representativas para os alunos, ajudando-os a compreender a realidade que os rodeia.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

1 - Opções metodológicas

Do ponto de vista metodológico, pode dizer-se que o estudo seguiu um modelo interpretativo, recorrendo a uma análise quantitativa e também qualitativa das imagens e dos textos. Usou-se a imagem e o texto como unidade de análise. O que serviu de informação, na análise quantitativa foi a frequência com que surgiram certas características do conteúdo. Na análise qualitativa foi a presença ou ausência de certas características de conteúdo. Os dados recolhidos estão de acordo com a metodologia proposta por (Bardin, 1977: p. 42) e que afirma sobre a análise de conteúdo: “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicados (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (...) destas mensagens”. Relativamente à análise de conteúdo (Bardin, 1977) refere-se às seguintes fases: pré-análise – fase de organização, com o objetivo principal de estabelecer o programa, a escolha de documentos, a formulação de objetivos e a elaboração de indicadores sobre os quais a análise vai incidir; fase de exploração do material e por último a fase do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, sendo importante o tratamento dos resultados no sentido de serem válidos e significativos.

A seleção dos manuais teve como princípio a diversidade editorial (5 editoras diferentes). Apesar de discutível, pensamos que a seleção deste corpus de análise nos permitirá chegar, com exigência e rigor, a algumas conclusões sobre a temática em estudo.

Para se proceder às análises pretendidas, começamos por selecionar cinco manuais escolares, com base nos seguintes critérios: todos os manuais pertencerem à área curricular de Língua Portuguesa; pertencerem ao mesmo ano de escolaridade (2º ano); todos terem sido elaborados no mesmo ano (2011) e estarem de acordo com os novos programas. A opção pelos manuais escolares do segundo ano de escolaridade deveu-se ao facto de todos terem sido adotados este ano letivo e estarem de acordo com o novo programa de Língua Portuguesa que também entrou em vigor neste ano letivo, para o mesmo ano de escolaridade, tornando esta análise o mais atual possível

e o mais próxima da realidade. Há ainda a referir que os manuais em estudo vão vigorar nas escolas portuguesas por um período de seis anos.

Para orientar a análise dos manuais, procedemos à elaboração de diversos quadros e gráficos, onde se encontram registadas as ocorrências relativas às dimensões que se pretendem analisar. Estes instrumentos (quadros e gráficos) deverão tornar possível a recolha de dados significativos, a sua análise e interpretação em função dos objetivos formulados, assim como contribuir para a obtenção de respostas para as questões de investigação levantadas.

O estudo divide-se em duas partes. A primeira analisa a utilização das imagens e a segunda parte analisa a utilização dos textos, tendo em conta as seguintes dimensões de análise: raça/etnia, religião, género e deficiência.

Para os cinco manuais, organizaram-se diversas grelhas, onde constam as várias dimensões que foram objeto deste estudo.

2 - Amostra do estudo

Em resultado do enquadramento teórico desenvolvido e dos objetivos que constituem este estudo, foram elaboradas várias grelhas (anexos 1, 2, 3, e 4), para fazer o levantamento quantitativo das imagens e dos textos nos manuais escolares. Estas são compostas pelas várias dimensões que se crê úteis para a realização deste trabalho. A sua construção significou tornar explícitos princípios subjacentes aos objetivos da observação. Deste modo, optámos por seguir uma orientação sistemática da observação, no sentido de respeitar o número de ocorrências definidas à priori. De realçar que, neste tipo de trabalho, tudo deve estar previamente definido de modo a garantir uma observação objetiva e credível.

Após a elaboração das grelhas e depois de as ter testado num dos manuais que compõe a amostra, selecionado aleatoriamente, contando o número de ocorrências em que surgem representadas as categorias previamente definidas, nas ilustrações e nos textos. Constatámos algumas dificuldades na realização deste tipo de trabalho e achámos que o processo de diferenciação das imagens e dos textos deveriam obedecer aos seguintes critérios:

- (i) São consideradas todas as imagens desde a capa até ao término do manual.
- (ii) São considerados todos os textos presentes no manual.
- (iii) As imagens onde aparecem partes ou parte do corpo humano, serão tidas em conta desde que seja possível identificar as categorias sexo, raça/etnia, religião e qualquer tipo de deficiência.
- (iv) As imagens onde aparecem ilustrações com indivíduos que possuem traços fisiológicos e culturais particulares, tais como cor da pele, aspeto do cabelo e vestuário (trajes culturais) serão tidas em conta para identificação da raça/etnia.
- (v) Serão considerados os textos que abordem de alguma maneira as categorias em estudo.
- (vi) Para abordar a inter/multiculturalidade serão considerados todos os textos e imagens que apresentam indivíduos de raça/etnia diferentes e indivíduos portadores de deficiência.

A validação das grelhas é um processo metodológico importante, no sentido em que nos permite verificar a existência de lacunas na sua construção, permitindo-nos a sua reformulação e não colocando em causa o levantamento de dados.

Por fim, as grelhas de análise foram submetidas a todos os manuais escolares, de modo a fazer o levantamento dos dados necessários para poder responder às questões solicitadas por esta investigação.

Para a análise dos resultados obtidos utilizamos a observação dos quadros e gráficos e recorremos à descrição de cada um deles. Neste ponto incidimos o estudo, individualmente sobre cada uma das dimensões consideradas relevantes para o trabalho.

No sentido de analisar a dimensão referente à raça/etnia e tendo como objetivo tentar saber de que forma esta temática está representada, procedeu-se à contagem do número de imagens que representam indivíduos de raça caucasiana, número de indivíduos de raça negra e número de indivíduos de outra raça, assim como se fez uma análise aos textos para verificar os que abordavam o tema.

Em relação às questões de género, e partindo da ideia de que nas ilustrações presentes nos manuais escolares podem estar mais ou menos presentes denotações/conotações relacionadas com estereótipos sexistas, no que diz respeito ao papel que homens e mulheres desempenham na sociedade e na família. O presente

estudo teve como objetivo determinar qual o sexo que aparece com frequência mais elevada no corpus em análise.

No que diz respeito à religião, o estudo aqui apresentado é bastante limitativo, pois apenas pretendemos analisar as confissões religiosas que são abordadas e que importância é dada a cada uma delas, nos manuais analisados. A área curricular de Língua Portuguesa não possui nos seus programas matérias especificamente dedicadas a temáticas religiosas. No entanto, na temática de alguns textos narrativos, contos populares, lendas e na abordagem a épocas festivas como o Natal, a religião é necessariamente referida. Este estudo teve por base uma grelha de critérios de avaliação visando analisar as referências às confissões religiosas (número de vezes com que estas surgem, tanto em forma de texto com de imagem).

Relativamente aos indivíduos portadores de deficiência (NEE) e por considerarmos importante a presença de imagens e/ou textos que abordem a deficiência, o estudo teve como base analisar o número de vezes que esta situação é considerada nos manuais.

Com a construção do quadro 1, que a seguir se apresenta, pretendemos, somente, indicar os manuais sujeitos a análise, é de referir que todos eles estão de acordo com o novo programa de Língua Portuguesa e com o novo acordo ortográfico.

Quadro 1. Distribuição dos manuais escolares analisados por título, editora, ano de edição, autores, ilustradores e ISBN.

	Manuais	Editora	Ano	Autores	Ilustração	ISBN
A	O Mundo da Carochinha	Gailivro	2011	Carlos Letra, Miguel Borges	Espiral Inversa Raquel Pinheiro Nósnalinha	978-989-5557-868-9
B	A Grande Aventura	Texto	2011	Paula Melo, Marisa Costa	Planeta Tangerina	978-972-47-4390-5-1
C	Projeto Desafios	Santillana Constância	2011	M ^a José Marques, Carolina Gonçalves	Nosnalinha Paula Oliveira	978-972-761-964-1
D	Pasta Mágica	Areal	2011	Isabel Borges, Cláudia Pereira	Bayard Christ	978-989-647-265-8
E	Alfa	Porto Editora	2011	Eva Lima, Nuno Barrigão, Nuno Pedroso		978-972-11293-4

Por uma questão de simplificação de escrita e funcionalidade de consulta, atribuiu-se a cada manual escolar uma letra (A, B, C, D e E), que corresponde à letra de identificação no quadro, através da qual o manual em questão será identificado sempre que a ele nos referirmos ao longo do trabalho.

3 - Recolha de dados

Para preparar o processo de recolha de dados, procedemos ao levantamento dos indicadores de análise que estariam na base da construção dos instrumentos que nos permitissem fornecer uma visão mais dirigida para os objetivos em estudo. Assim, apresentam-se quadros e gráficos onde estão representadas as ocorrências relativas às dimensões em análise, tendo sido definidas quatro dimensões: raça/etnia, religião, género e deficiência.

4 - Tratamento de dados

As informações recolhidas através dos instrumentos de investigação serviram para realizar uma análise de natureza quantitativa, numa primeira fase e uma outra de natureza qualitativa. A fim de apresentar os dados de forma mais organizada, os mesmos são colocados em quadros e gráficos.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

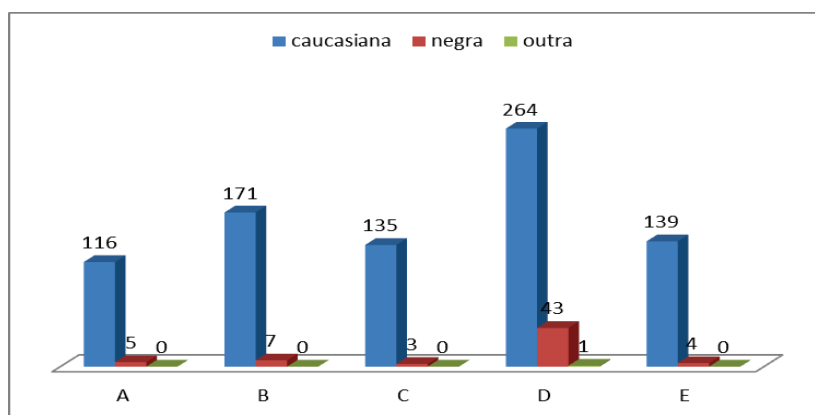
1. Análise das imagens

1.1 - Análise da frequência de imagens relativas à raça/etnia

Na análise da frequência de imagens das categorias relativas à raça/etnia dos indivíduos, considerou-se a sua distribuição por manual, comparando-se de seguida os cinco manuais.

Pela análise do gráfico 1, é evidente a presença nos manuais escolares de um número bastante superior de imagens relativas à raça caucasiana, num total de 884 imagens, em relação à raça negra, que apresenta 62 imagens e a outro tipo de raça cuja representação é de uma imagem e que se encontra no manual D.

Gráfico 1 – Distribuição do número de imagens relativas à raça/etnia, nos cinco manuais.



Os gráficos 2, 3, 4, 5, e 6 que a seguir apresentamos, mostram-nos a frequência do número de imagens relativas à raça/etnia em cada um dos respetivos manuais. Pela sua observação constata-se que o manual C é o que maior percentagem de indivíduos de raça caucasiana apresenta 98% e 2% de indivíduos de raça negra. O manual E apresenta 97% de indivíduos de raça caucasiana e 3% de raça negra, de seguida aparecem os manuais A e B com a mesma percentagem, 96% de caucasianos e 4% de raça negra. O manual D apresenta 88% de raça caucasiana e 12% de raça negra.

Gráfico 2 - Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia no manual A.

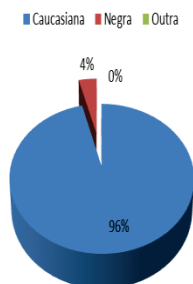


Gráfico 3 - Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia no manual B

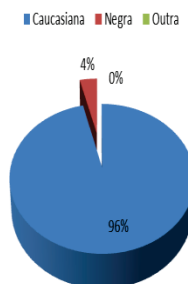


Gráfico 4 - Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia no manual C.

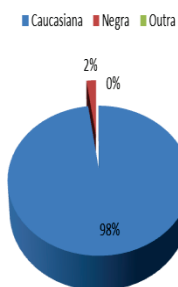


Gráfico 5 - Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia no manual D.

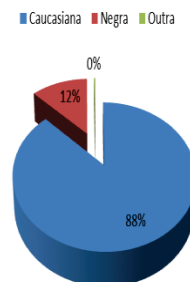
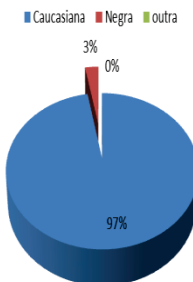
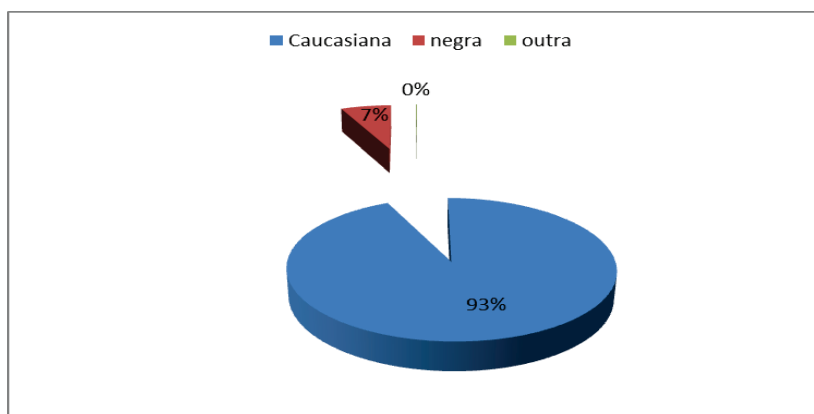


Gráfico 6 - Distribuição da percentagem de imagens relativas à raça/etnia no manual E.



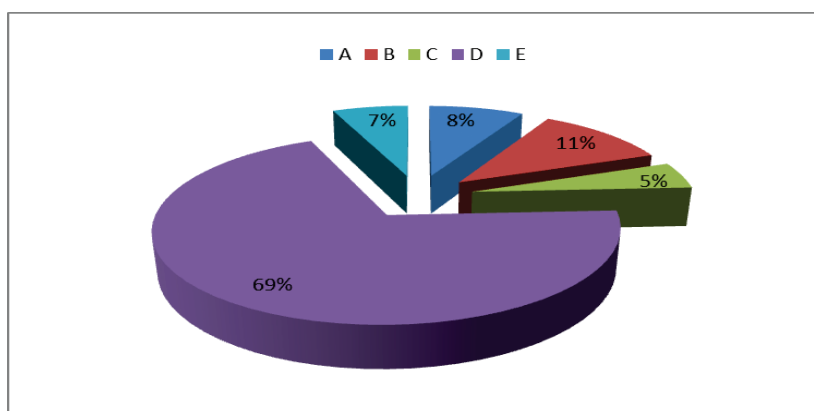
No gráfico 7, observamos a percentagem de imagens relativas à raça/etnia representadas nos cinco manuais e, no qual constatamos, que 93% das imagens pertencem a indivíduos de raça caucasiana, 7% à raça negra e 0.001% de outras raças, sendo este um valor insignificante.

Gráfico 7 – Distribuição da frequência de imagens relativas à raça/etnia nos cinco manuais analisados.



O gráfico 8, apresenta a percentagem de distribuição das imagens de indivíduos da raça negra pelos diferentes manuais. Através da análise deste gráfico observa-se que das sessenta e duas imagens, 69% encontram-se no manual D, 11% no manual B, seguido de 8% no manual A, 7% no E e 5% no manual C.

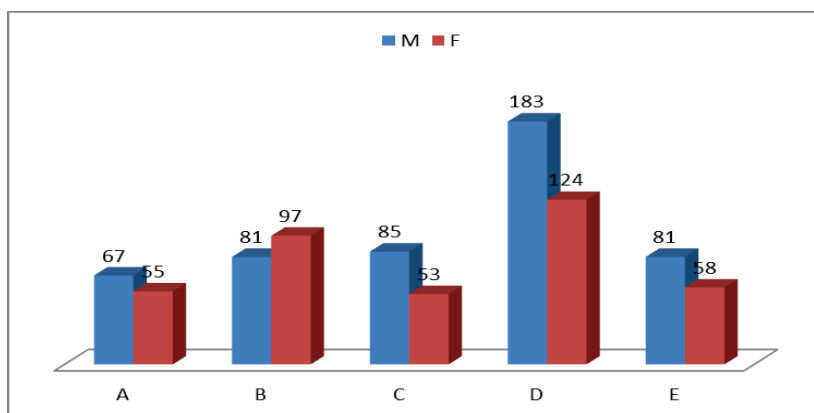
Gráfico 8 - Distribuição da frequência de imagens relativas à raça negra nos manuais analisados.



1.2 - Análise da frequência de imagens relativas ao sexo dos indivíduos

A partir dos dados do gráfico 9, constata-se que em quatro manuais, o número de imagens de indivíduos do sexo masculino é substancialmente superior ao das imagens onde aparecem indivíduos do sexo feminino. De facto, só o manual B apresenta um número superior de imagens do sexo feminino, mas muito próximo do número de imagens do sexo masculino.

Gráfico 9 - Distribuição do número de imagens relativas ao sexo dos indivíduos nos cinco manuais.



Os gráficos 10, 11, 12, 13 e 14 indicam-nos a percentagem de imagens relativas ao género nos manuais analisados. Observando os gráficos 10, 12, 13 e 14 a percentagem de indivíduos do sexo masculino representado é superior ao sexo feminino. No manual A a diferença é de 2%, no manual C é de 14%, no manual E é de 16% e no manual D é de 20% e. No manual B (gráfico 11), observamos que a percentagem de indivíduos representando o sexo feminino é superior 8% em relação aos indivíduos do sexo masculino.

Gráfico 10 - Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual A.

■ M ■ F

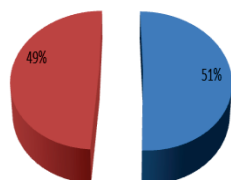


Gráfico 11 - Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual B.

■ M ■ F

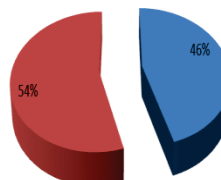


Gráfico 12 - Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual C.

■ M ■ F

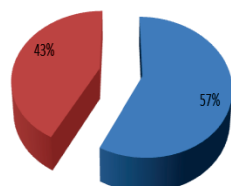


Gráfico 13 - Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual D.

■ M ■ F

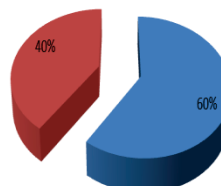
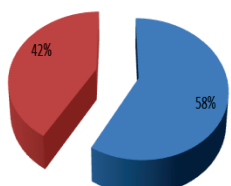


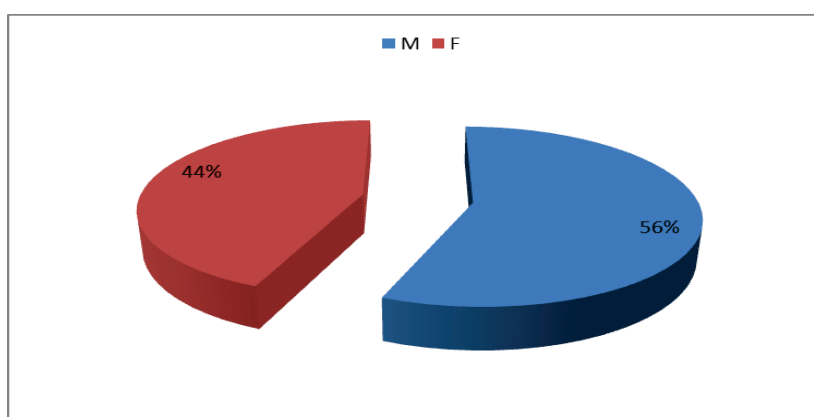
Gráfico 14 - Distribuição da percentagem de imagens relativas ao género, no manual E.

■ M ■ F



O gráfico 15, mostra-nos a percentagem de indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino representado nos cinco manuais. Verificamos que 56% dos indivíduos representados pertencem ao sexo masculino, enquanto 44% são do sexo feminino. O número de indivíduos do sexo masculino é 12% superior aos do sexo feminino no corpus analisado.

Gráfico 15 - Distribuição da frequência de imagens relativas ao sexo dos indivíduos nos manuais analisados.



1.3 - Análise da frequência de imagens relativas a pessoas portadoras de deficiência

Em relação ao número de imagens com pessoas portadoras de deficiência, gráfico 16, é de salientar o facto de três manuais não fazerem nenhuma referência, não apresentam nenhuma imagem. O manual C e D apresentam uma imagem cada. No manual C (página 156) aparece-nos a imagem de um pirata com perna de pau (podemos considerar esta personagem com uma deficiência). Esta imagem é acompanhada por uma tabela onde pedem para anotarem algumas características físicas do pirata. Esta atividade tem como objetivo dar a noção de adjetivo. Apesar de não ter como finalidade trabalhar a deficiência penso que poderá ser aproveitada para fazer uma abordagem a esta temática.

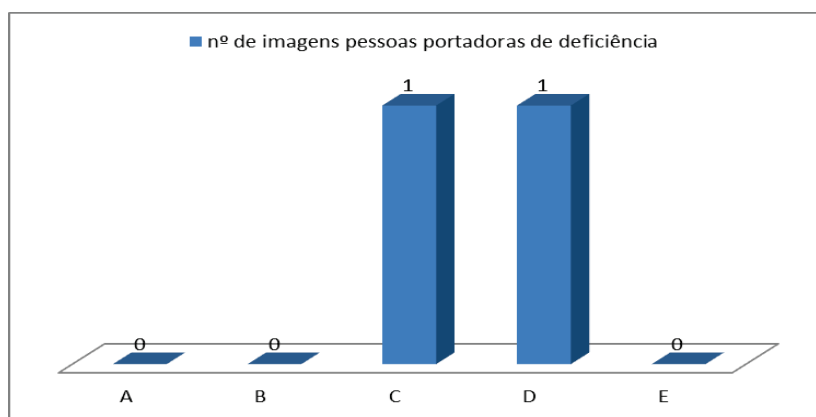
Relativamente ao manual D, este apresenta uma imagem de um menino “O Petinga” (página 48), que tinha uma perna defeituosa, esta imagem está

acompanhada por um texto com o título do nome do menino, o qual aborda a temática da deficiência.

Nos cinco manuais observaram-se um total de 884 imagens, representando indivíduos de ambos os sexos, apenas duas imagens representam pessoas portadoras de deficiência. Refira-se, ainda, que nos dois casos analisados ambos representam como deficiência a falta de uma perna.

Há ainda a referir que o manual E, apesar de não apresentar nenhuma imagem com pessoas portadoras de deficiência, apresenta uma página (pág.109) com as imagens do alfabeto da linguagem gestual, fazendo referencia à existência de pessoas que não conseguem comunicar através da linguagem verbal e que tem de utilizar outra língua: a língua gestual.

Gráfico 16 - Distribuição do número de imagens relativas a pessoas portadoras de deficiência nos cinco manuais.



1.4 - Análise da frequência de imagens de carácter religioso

A análise desta dimensão tem apenas como objetivo verificar com que frequência são representadas imagens de índole religioso e que religiões são abordadas nos manuais escolares em estudo.

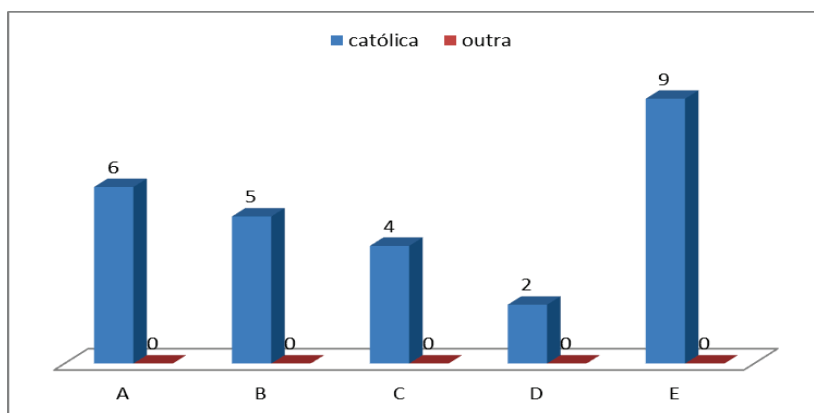
Pela análise do gráfico 17, verifica-se que todos os manuais apresentam imagens de carácter religioso, sendo que todos representam imagens da religião

católica, num total de vinte e sete imagens e nenhuma representativa de outra religião.

O manual E é o que apresenta um maior número de imagens, um total de nove. Este manual encontra-se dividido em dez blocos, sendo as imagens que fazem a separação entre estes, tipo fotografia. O bloco alusivo ao Natal apresenta seis fotografias referentes ao Natal católico: duas fotografias com árvores de Natal, uma das quais apresenta uma família tipo a decorá-la, outras duas com crianças com o gorro do pai natal, uma das quais com uma prenda na mão e, ainda, outras duas fotografias, uma com o pai natal e outra com iluminações de rua alusivas a esta época. O último bloco apresenta uma fotografia de uma marcha popular e tem sobrepostas imagens dos três santos populares (Santo António, São João e São Pedro). Estas imagens são acompanhadas de quadras populares dedicadas a estes santos.

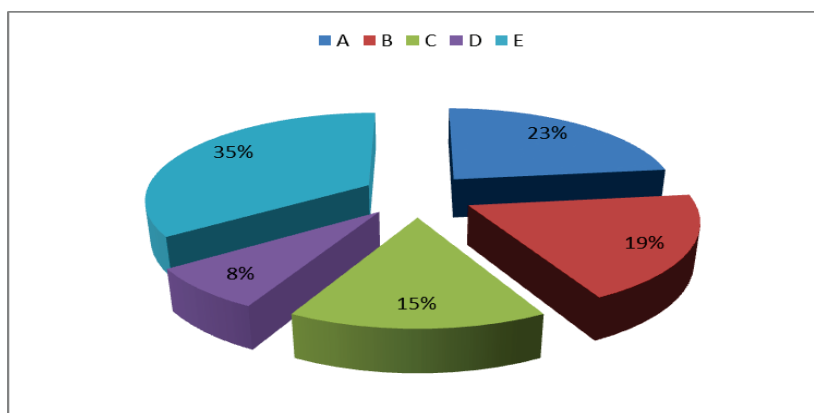
O manual D é o que apresenta um menor número de imagens religiosas, apenas duas e relativamente pequenas em relação à grande maioria das imagens que apresenta. Uma das imagens representa o pai Natal (pág.63) e outra com seis símbolos de festas entre os quais quatro de Natal (Pai natal, bolo rei, prendas e árvore de natal). O objetivo desta é os alunos rodearem os símbolos de Natal (pág. 68).

Os manuais A, B e C apresentam respetivamente seis, seis e quatro imagens representativas da religião católica. Todas as imagens são alusivas à época natalícia, representando os símbolos do Natal católico como o presépio, árvore de natal, pai-natal, estrelas e presentes.

Gráfico 17 - Distribuição do número de imagens relativas à religião nos cinco manuais.

Verificando a existência de imagens unicamente representantes da religião católica, apresenta-se a seguir um gráfico ilustrativo da percentagem da distribuição das imagens pelos manuais em estudo.

Ao todo, no corpus analisado, existem vinte e sete imagens, todas representando a religião católica. Observando o gráfico 18, verificamos que 35% dessas imagens encontram-se no manual E, 23% no manual A, 19% no B, 15% no C e a menor percentagem, 8% encontra-se no manual D.

Gráfico 18 - Distribuição da frequência de imagens relativas à religião católica nos manuais analisados.

1.5 - Análise geral das imagens relativas à inter/multiculturalidade

Relativamente ao quadro 2, podemos verificar que nos cinco manuais analisados estão representadas 884 imagens, sendo que dessas 65 representam a temática da inter/multiculturalidade o que corresponde a um total de 7,3%. Verificamos, ainda, que o manual E é o que menos percentagem de imagens sobre inter/multiculturalidade representa, 2,8% e o manual D é o que maior percentagem de imagens sobre esta temática representa, 14,6%.

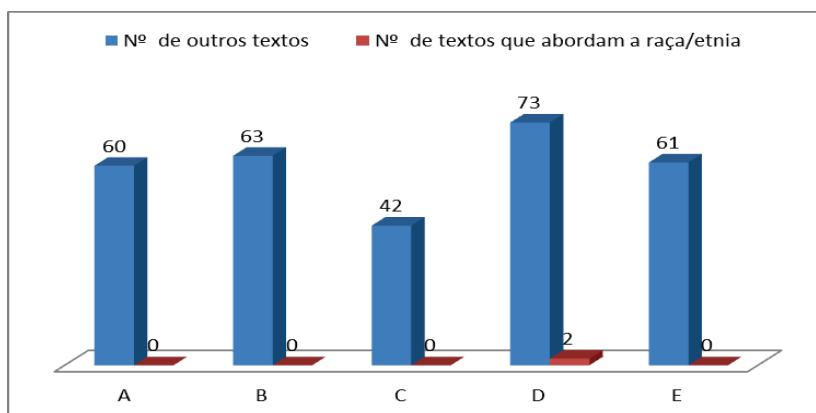
Quadro 2 - Caracterização da amostra no que respeita ao número total de imagens do manual, número de imagens que abordam a inter/multiculturalidade e a percentagem que este número representa em relação ao total de imagens do manual.

Manuais	A	B	C	D	E	Total
Número total de imagens	122	178	138	307	139	884
Nº de imagens que abordam a inter/multiculturalidade	5	7	4	45	4	65
% de imagens sobre a inter/multiculturalidade	4%	3,9%	3,8%	14,6%	2,8%	7,3%

2. Análise de textos

2.1 - Análise da frequência de textos relativos à raça/etnia

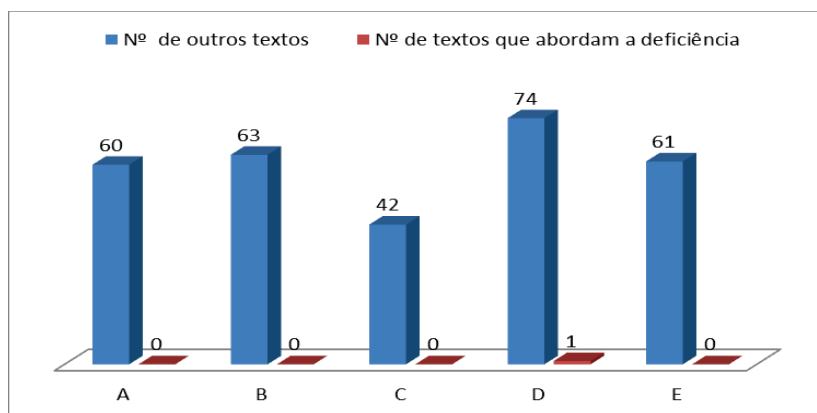
Relativamente aos textos que abordam o tema da etnia, gráfico 19, constata-se a inexistência destes nos manuais A, B, C e E. O manual D apresenta dois textos (pág. 124 e 126), “Por que somos de cores diferentes” da autora Carmen Gil. Na página 124, é nos apresentado, na rubrica “Aprendo mais”, um pequeno texto informativo, explicando a razão dos indivíduos apresentarem cores de pele diferentes.

Gráfico 19 – Distribuição do número de textos, nos cinco manuais, relativamente à raça/etnia.

2.2 - Análise da frequência de textos relativos a pessoas portadoras de deficiência

No que diz respeito à frequência de textos relativos a pessoas portadoras de deficiência, gráfico 20, observa-se que dos cinco manuais analisados, num total de trezentos e um textos, apenas um aborda a temática da deficiência. O texto encontra-se no manual D (página 48) e tem como título “O petinga”, da autora Maria Isabel Mendonça Soares. É um texto que aborda a temática da deficiência de uma forma bastante positiva, caracterizando a personagem como “moreninho do sol” e “olhos gaiatos”, assim com as ações que praticava “Petinga corria como uma lebre e saltava como um gafanhoto apesar da perna defeituosa”. Há ainda a salientar a referência à amizade e a admiração que outra criança sentia por ele “O Zé Migalha sentiu uma grande admiração pelo amigo capaz de rir da sua própria deficiência”.

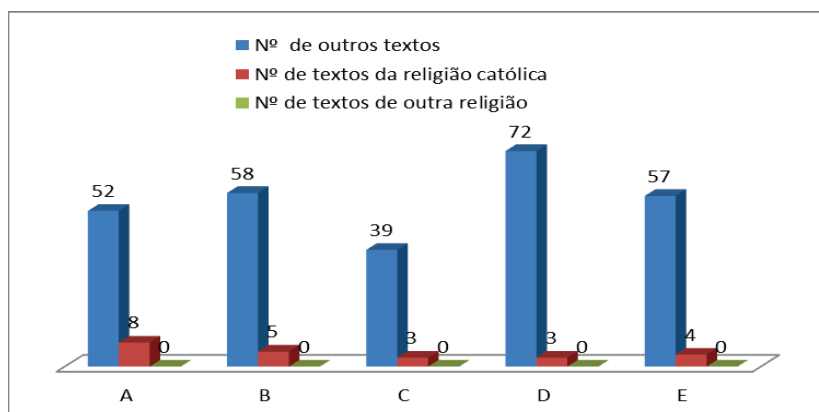
Gráfico 20 - Distribuição do número de textos, nos cinco manuais, relativamente a indivíduos portadores de deficiência.



2.3 - Análise da frequência de textos relativos à religião

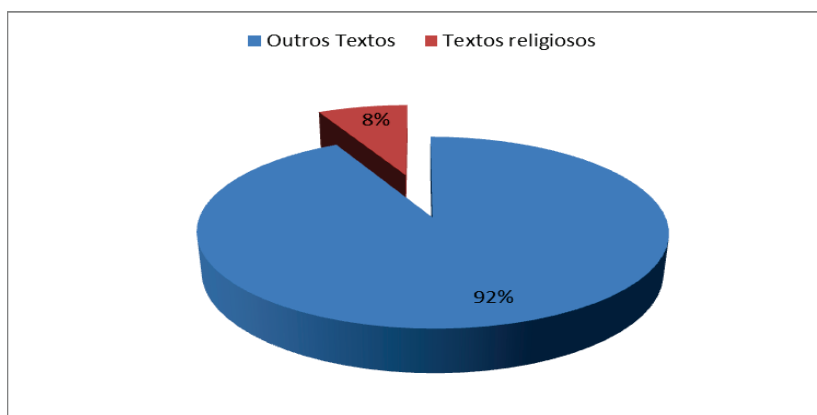
O gráfico 21 mostra-nos que, em todos os manuais, existem textos que abordam a religião católica, sendo o manual A o que mais textos apresenta (8) e os manuais C e D os que menos textos apresentam (3 cada). São vinte e três os textos de carácter religioso. Nenhum dos manuais apresenta qualquer texto onde seja abordada outra confissão religiosa.

Gráfico 21 - Distribuição do número de textos relativos à religião, nos manuais analisados.



Através da análise do gráfico 22, constatamos que de todos os textos contidos nos manuais analisados, 8% são alusivos à religião católica.

Gráfico 22 – Distribuição da percentagem dos vários textos e dos textos de carácter religioso.



Verificando-se a existência de textos unicamente representantes da religião católica, apresenta-se a seguir o gráfico 23, ilustrativo da percentagem de distribuição desses textos pelos diferentes manuais.

Através da análise deste gráfico, observa-se que dos vinte e três textos, 35% encontram-se no manual A, 22% no manual B, seguido de 17% no manual E, sendo que tanto o manual C e D aparecem com o mesmo valor de 13%.

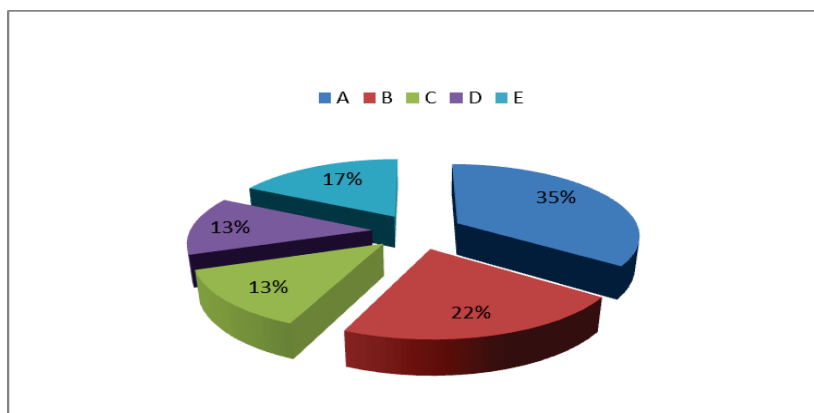
O manual A, no módulo três, e fazendo a introdução ao tema do Natal, começa por pedir aos alunos que escrevam o refrão de uma canção alusiva ao Natal e propõe também, que eles escutem a canção “Hoje sou José”. No módulo quatro, alusivo ao dia de Reis, propõe a audição do texto “O dia de Reis”. A audição dos dois textos é seguida de questionários relacionados com a interpretação destes. Há, ainda, a referir que este manual apresenta mais seis textos, sendo cinco relacionados com o Natal e um com a Páscoa.

No manual C, para além de três textos de índole religioso, alusivos à época do Natal há a referir a página 64 onde, com o objetivo de trabalhar o vocabulário relacionado com a capa do livro (autor, ilustrador, editora...) é apresentado a foto da capa do livro “Os três reis do oriente” de Sophia de Melo Breyner Andresen, livro relacionado com um tema da religião católica. Também na rubrica “trabalhamos a

escrita” (páginas 66 e 67), é proposto aos alunos a escrita de um texto sobre como festejam e passam a noite de Natal.

Em relação ao manual E, há a referir que apresenta quatro textos relacionados com a religião católica, sendo três alusivos ao Natal e um relacionado com os santos populares (quatro quadras). O texto relacionado com os santos populares encontra-se nas páginas 146 e 147, estas são páginas que servem de introdução ao último bloco. Nesta é ainda sugerido a realização de uma atividade de produção textual sobre os santos populares. Neste manual, há ainda a salientar na rubrica “Gosto de escrever”, a apresentação de uma carta ao pai natal. O texto serve de exemplo para escrita de uma carta e tem como objetivo apresentar aos alunos as regras a que obedece a escrita de uma carta.

Gráfico 23 - Distribuição da frequência de textos relativos à religião católica nos manuais analisados.



2.4 - Análise geral de textos relativos à inter/multiculturalidade

Pela análise do quadro 3, podemos constatar que no corpus em análise estão representados onze textos que abordam a inter/multiculturalidade. No manual C não se encontra nenhum texto, no manual B encontra-se um texto, nos manuais A e E encontram-se três textos em cada e no D encontram-se quatro textos. Nove dos textos estão escritos em prosa, um em poesia (manual A) e outro é apresentado um pequeno

excerto em forma de banda desenhada, com o objetivo dos alunos continuarem o texto (manual E). No entanto, refira-se que, na sua versão original se trata de uma poesia. Pelos excertos apresentados podemos observar que são textos cujas personagens apresentam algo de diferente em relação às características consideradas normais. Essas diferenças, na grande maioria dos textos, referem-se a características físicas (gordo, alto, magro).

O texto do manual A, “O cão que miava” fala-nos de uma personagem que por fazer uma coisa diferente foi abandonada, mas que pelo caminho encontrou amigos que a ajudaram. Em “O Dragão Samuel”, também no manual A, a personagem faz coisas diferentes, mas nem por isso deixa de ser importante. O texto do manual E “A malta do futebol”, fala-nos da diferença entre todos os jogadores que compõe a equipa, mas por serem todos diferentes, conseguem complementar-se e formarem uma equipa unida.

No manual D, encontra-se o texto “O petinga”, que aborda a problemática da deficiência. Ainda neste manual encontramos dois textos “Por que somos de cores diferentes?” e outro que é a continuação deste, mas que não tem título, sugerindo aos alunos para lhe darem um. Estes dois textos abordam o tema das diferentes raças/etnias existentes.

Quadro 3 – Distribuição dos textos que abordam a inter/multiculturalidade por manual.

Manual	Pág.	Tipo de texto	Título	Autor(a)	Excerto
A	63	Prosa	O cão que miava	Sylvie Ramón	“Os seus donos que queriam um cão (...) fartaram-se dele”.
A	108	Prosa	O dragão Samuel	José Fanha	“Samuel não era um dragão com todos os outros”.
A	143	Poesia	Amigo amigo	Armindo Reis	“Pode ser alto, gordinho, magrinho...”
B	136	Prosa	A princesa baixinha	Beatrice Masini	“... sofria imenso por ser baixinha.”
D	26	Prosa	Que bom	M ^a Alberta menéres	“... rapaz tão pequenino...”
D	48	Prosa	O Petinga	M ^o Isabel M. Soares	“... capaz de rir da sua própria deficiência.”
D	124	Prosa	Por que somos de cor diferentes?	Carmen Gil	“... a pele de cor de chocolate.”
D	126	Prosa		Carmem Gil	“...são brancos porque ficaram descoloridos com tanta chuva.”
E	26	Prosa	A “malta do futebol”	Nuno Magalhães Guedes	“com jogadores para todos os gostos”
E	44	Banda desenhada	O rapaz magro e a rapariga gorda	Luísa Ducla Soares	“Era uma vez um rapaz tão magro, tão magro...”
E	76	Prosa	O Tiago	Mymi Doinet Nanon	“O Tiago não tem um único amigo.”

Pela análise do quadro 4, verificamos que o manual D é o que maior percentagem de textos abordando esta temática contém 5,3%, seguido do manual A com 5% , do manual E com 4,9%, por último temos o manual B com 1,6% e o manual C com 0%. Podemos concluir que nos manuais analisados existem 301 textos, sendo que 11 abordam a temática da Inter/multiculturalidade o que corresponde a 3,7%.

Quadro 4 - Caracterização da amostra no que respeita ao número total de textos do manual, número de textos que abordam a inter/multiculturalidade e a percentagem que este número representa em relação ao total de textos do manual.

Manuais	A	B	C	D	E	Total
Número total de textos	60	63	42	75	61	301
Número de textos que abordam a inter/multiculturalidade	3	1	0	4	3	11
% de textos sobre a inter/multiculturalidade	5%	1,6%	0%	5,3%	4,9%	3,7%

3. Análise geral das dimensões em estudo

Os resultados apresentados no quadro 5 dão-nos uma imagem global dos manuais analisados, permitindo concluir que existem dimensões que se encontram representadas em todos os manuais tais como a existência de diferentes etnias, assim como o tema da religião. Em relação à representação de indivíduos portadores de deficiência, esta só se encontra nos manuais C e D, não havendo nenhuma referência nos restantes manuais. No que diz respeito à igualdade ao nível do género, observamos que nenhum manual a aborda, uma vez que se observa um desequilíbrio entre as representações de indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino, como já observámos nos gráficos e quadros acima referidos, sobre o tema.

Quadro 5 - Análise geral dos manuais tendo em conta a abordagem ou a não abordagem das dimensões em estudo.

Dimensão	Não aborda a dimensão					Aborda a dimensão				
	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Existência de diferentes etnias						X	X	X	X	X
Temas de caris religioso						X	X	X	X	X
Existência de indivíduos portadores de deficiência	X	X			X			X	X	
Igualdade ao nível do género	X	X	X	X	X					

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho procurámos obter um melhor conhecimento acerca dos manuais escolares, nomeadamente, sobre a promoção do respeito pela diversidade e pela igualdade de oportunidades, como tal, definimos como principal objetivo do nosso estudo verificar se as imagens e os textos dos manuais escolares do 2º ano de Língua Portuguesa refletiam a igualdade de oportunidades para todos, sem qualquer distinção do sexo, etnia, religião e deficiência.

Começaremos por fazer uma avaliação dos resultados da nossa análise sobre o corpus em que baseámos a investigação tentando responder às questões formuladas no início do estudo.

No que diz respeito à forma como a temática de raça/etnia é abordada e pela análise efetuada, verificamos que o manual D é o que mais importância dá a esta temática, uma vez que em relação à raça/etnia, nele estão representados 69% do total das imagens que abordam este tema, sendo o único manual que apresenta uma imagem representando indivíduos de outra raça diferente da caucasiana e da negra. Também é neste manual que encontramos dois textos bastante elucidativos sobre o tema.

Portanto, em relação aos aspetos étnicos analisados nos manuais em estudo, verifica-se que as imagens representam de uma forma muito característica a cultura ocidental, predominando sem sombra de dúvida as representações da “raça” caucasiana, em todos os manuais. Estes não contêm referências (textos e/ou ilustrações) dos diversos grupos étnicos numa proporção equivalente à existente na sociedade, como sugere (Cardoso, 1996).

Relativamente às questões de género, como demonstram os gráficos, a representatividade masculina é percentualmente superior à feminina, sendo portanto o modelo masculino dominante, com uma representação de 12% superior aos indivíduos do sexo feminino. Salientamos ainda o manual D, pelo facto de apresentar um número bastante superior de indivíduos do sexo masculino em relação ao feminino, 20%.

Neste corpus de análise aparece como exceção o manual C, onde a percentagem de indivíduos do sexo feminino é superior em 8% em relação aos indivíduos do sexo

masculino. Ainda relativamente às imagens, também se observam um grande número de imagens estereotipadas de homens e mulheres. Os indivíduos masculinos representados aparecem em profissões e outras situações tipicamente masculinas, o mesmo acontecendo em relação aos indivíduos do sexo feminino. Os homens são predominantemente bombeiros, polícias, arquitetos, enquanto as mulheres aparecem com professoras, enfermeiras e executando atividades domésticas.

Podemos concluir que os manuais analisados, de certa forma, contribuem para a reprodução dos estereótipos de género nas crianças, pois revelam alguma discriminação através de uma desigual promoção e inclusão de indivíduos de sexo masculino e feminino, privilegiando os representantes masculinos. Estas conclusões parecem estar de acordo com as considerações feitas por (Luís Souta, 1997). Tais resultados levam-nos a considerar que, de certa forma, existe a violação dos princípios e direitos da igualdade entre homens e mulheres, proclamados na Constituição da República Portuguesa, assim como na Lei de Bases do Sistema Educativo. Perante isto, também podemos afirmar que ainda é desrespeitado um dos critérios em que assenta a seleção de manuais escolares, pois eles continuam a não serem promotores dos direitos de igualdade, assim como por vezes ainda reproduzem conteúdos simbólicos contendo discriminações relativas ao género.

No entanto, e tendo em conta que o currículo aponta para o respeito pela igualdade de géneros, seria de esperar que os manuais escolares tivessem mais atenção a este aspeto. Para eliminar estas insensibilidades relativas às questões de género, seria útil a elaboração de materiais de orientação tendentes a desenvolver manuais não sexistas. Com é sabido, as imagens, a linguagem e todo o material de leitura utilizado em questões de género têm muita influência nas crianças e no desenvolvimento das suas identidades de género. Sendo o manual escolar um instrumento bastante utilizado no processo ensino/aprendizagem, as representações presentes servem de modelo para os alunos construírem as suas identidades.

A representação de imagens de meninos e meninas desenvolvendo a mesma brincadeira, de homens e mulheres desenvolvendo a mesma profissão, são excelentes oportunidades para desconstruir a imagem de que existem brincadeiras para meninos e para meninas, assim como profissões para homens e outras para mulheres. Isto

incentiva a interação entre crianças de ambos os sexos, contribuindo para a construção de uma educação justa e equilibrada.

Em relação às confissões religiosas, concluímos que todos os manuais fazem referência a imagens ou textos de carácter religioso. No entanto, salienta-se a exclusividade da religião católica nessa representação, pois nenhuma outra confissão religiosa se encontra representada em nenhum dos manuais. Na verdade, todos os manuais fazem referência às tradições do Natal católico, seja através de imagens como de textos. Neste estudo salienta-se o manual D, pelo facto de ser o que menor número de imagens e de textos apresenta relativos a este tema.

Em relação à religião e, após a análise dos manuais, a ideia com que se fica é que religião só há uma, a cristã, mais propriamente a católica. As restantes confissões presentes em Portugal não são abordadas em nenhum dos manuais. É claro que não se quer que os manuais de Língua Portuguesa sejam compêndios das diversas religiões, mas era importante que transmitissem a abrangência e vastidão do mundo religioso e da sua presença no nosso país,

Em suma, podemos afirmar que a diversidade religiosa não é contemplada em nenhum dos manuais analisados, ocupando a religião católica um lugar privilegiado e total. Os textos e as imagens patentes em todos os manuais revelam o enraizamento da religião católica na nossa sociedade, em especial a abordagem da tradição natalícia e do nascimento de Jesus.

Relativamente à apresentação de imagens ou textos representando indivíduos portadores de deficiência, após a análise dos manuais e pelos gráficos apresentados, constatamos que três dos manuais analisados (A, B e E) não fazem nenhuma referência, tanto ao nível de imagens como de textos. O manual C apresenta uma imagem e o manual D é o único que apresenta uma imagem e um texto relativos a esta temática. Como tal, podemos considerar que a representação de pessoas portadoras de deficiência é praticamente inexistente nos manuais escolares, o que nada contribui para a promoção da inclusão destas crianças na instituição escolar.

Como é evidente, são inúmeras as formas de integração, cuja sua abordagem não cabe neste trabalho. Mas, em relação aos manuais escolares e após esta análise, podemos concluir que estes em nada contribuem para a promoção da deficiência, nem para o combate à discriminação. As crianças portadoras de deficiência e com

necessidades educativas especiais não se veem representadas neles, assim como eles também em nada contribuem para o enriquecimento e sensibilização das outras crianças sobre esta problemática.

Pela análise geral efetuada, constatamos que os resultados apresentados evidenciam que, nos manuais analisados, a questão da igualdade de oportunidades não é efetivamente abordada, o que se verifica pelas poucas ocorrências que contribuem para o nosso estudo. De facto, eles continuam pouco abertos à inovação, ignorando que a presença de certas imagens, de textos e de algumas propostas de atividades podem contribuir para o desenvolvimento de boas práticas pedagógicas fundamentais para a promoção de uma educação intercultural.

Se, por um lado, se verifica um avanço na implementação de políticas (com a criação de leis) de carácter inter/multicultural, promotoras da diversidade e da igualdade de oportunidades, não podemos deixar de referir as dificuldades enfrentadas para a operacionalização de tais medidas legais. Referimo-nos aos manuais escolares que, no geral, não mencionam grandes aspetos a respeito das questões relativas à diversidade étnico/racial, às questões relacionadas com indivíduos portadores de deficiência, assim como abordam as questões de género e da religião de forma desigual. Esta falta pode limitar a possibilidade de uma abordagem pedagógica da questão intercultural nas nossas escolas. De facto, os resultados apresentados neste trabalho apontam para a pouca atualização dos manuais em relação às dimensões analisadas, levando-nos a concluir que estes pouco contribuem para a promoção da igualdade de oportunidades.

Em suma, e tendo em conta os cinco manuais analisados, poderemos concluir que estes seguem a tendência da cultura dominante, não cumprindo as exigências da sociedade atual, pelo que não os consideramos suficientemente motivadores, social e culturalmente relevantes para as diversidades que caracterizam as comunidades de pertença dos alunos. Podemos também considerar que estes ficam aquém dos valores e princípios que orientam o currículo e que se encontram estabelecidos na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Por conseguinte, a elaboração de manuais escolares deve ser um dos aspetos a melhorar. Devem ser redigidos manuais que respeitem a equidade entre todos os alunos, promovendo condições para o encontro e a partilha da diversidade cultural,

desenvolvendo valores e atitudes positivos, face à diversidade e à diferença. Pensamos que, desta forma, é possível respeitar a individualidade, promovendo a formação de cidadãos ativos na construção de uma sociedade onde a diversidade será respeitada e onde todos terão a mesma igualdade de oportunidades. Ao valorizarmos o conceito de interculturalidade estaremos, com certeza, a contribuir para a construção de uma sociedade mais unida, justa e tolerante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise efetuada, pareceu-nos haver alguma discordância entre o discurso legislativo que tem vindo a introduzir algumas mudanças nesta matéria e os materiais pedagógicos, nomeadamente os manuais escolares. De facto, tanto as orientações nacionais como as internacionais apontam para a promoção de uma escola inclusiva e inter/multicultural e verificamos que, nesta matéria, os manuais escolares continuam pouco inovadores.

Deste modo, julgamos que os manuais escolares podem contribuir para que na escola se possam manter algumas desigualdades sociais e culturais, ao transmitirem hábitos e atitudes da cultura dominante, o que poderá acontecer se os professores não estiverem atentos e informados para a importância da abordagem desta temática, em contexto de sala de aula. É claro, que também pensamos que o professor deverá utilizar outros materiais didáticos, assim com adequar os processos de ensino ao contexto onde se encontra e à realidade dos alunos, tendo presente que os manuais não são os únicos recursos didáticos.

Ora, tendo em conta o contexto educativo existente no nosso país consideramos que o manual escolar, enquanto recurso fundamental no processo ensino e aprendizagem, não deveria ser transmissor de um currículo monocultural, mas assumir um papel de divulgação cultural, contemplando todos os alunos independentemente da etnia, sexo, religião e necessidades educativas especiais.

Consideramos que a presença da cultura, da língua e das tradições dos imigrantes nas escolas, nomeadamente nos manuais escolares, pode contribuir para a promoção da tolerância à diferença e à diversidade, prevenindo, numa idade tão permeável, os comportamentos xenófobos e racistas, assim como a presença de imagens e textos abordando a igualdade de géneros e de pessoas portadoras de deficiência serão excelentes oportunidades para a promoção da educação intercultural.

Em relação aos manuais escolares, e em especial aos de Língua Portuguesa, pensamos que há ainda um grande trabalho a fazer para adequar o manual às suas funções e exigências da sociedade, na qual o indivíduo deverá ser capaz de compreender o que o rodeia e de agir criticamente. Para isso, é importante que as

peças envolvidas tomem consciência, porque nem sempre os manuais estão de acordo com as verdadeiras necessidades dos alunos e dos professores. Diante esta realidade, aquando da sua seleção, há que ter em atenção quais os mais adequados e os que apresentam melhores condições para que a aprendizagem se realize com sucesso.

Por conseguinte, cada vez mais a comunidade educativa deve refletir sobre a avaliação e seleção dos manuais escolares. Consideramos que para que tal aconteça, é importante a promoção de formação adequada para os docentes, no sentido que estes possam adquirir conhecimentos e competências científicas e pedagógicas para apreciar e selecionar manuais escolares de qualidade. A eles compete optarem pelo manual que melhor se ajuste à especificidade das turmas e dos alunos, assim como dos conteúdos e competências que pretendem desenvolver.

Não podemos considerar que tudo vai mal nos manuais escolares, pois com certeza que muitos aspetos positivos podemos encontrar, reconhecendo que é difícil conceber manuais tendo em conta todas as características dos alunos que os utilizam e todos os contextos educativos.

No entanto, pensamos que é possível a conceção de manuais escolares mais inovadores, implementando estratégias e atividades, textos e ilustrações, promotoras de práticas pedagógicas que vão ao encontro dos interesses dos alunos, da sua socialização, transmissoras de valores culturais e sociais de acordo com a sociedade atual em que vivemos. Os alunos devem usufruir de manuais escolares que proporcionem o contacto com outras tradições e que contemplem valores e ideologias das diferentes culturas presentes na nossa sociedade, permitindo-lhes desenvolver o espírito crítico e a capacidade de fazerem opções conscientes.

Por conseguinte, julgamos que deverá haver um cuidado especial na sua conceção, cabendo aos autores e editores uma nova definição dos manuais escolares no sentido de promover uma educação inter/multicultural. Desta forma, devem introduzir imagens e textos adequados à heterogeneidade dos alunos, tendo em atenção uma cultura de inclusão dos diferentes grupos. Pelo papel tão importante que desempenham no processo ensino e aprendizagem, estes deverão ser elaborados cuidadosamente, de maneira a contemplar as novas exigências do processo educativo. A sua escolha e utilização, por parte dos professores, deve obedecer a um

processo criterioso, de modo a que eles, efetivamente, contribuam para a qualidade do ensino e para o sucesso de todos os alunos.

Estamos conscientes de que há ainda um longo caminho a percorrer, dependendo de todos nós a contribuição para o processo de mudança que se impõe, no qual a diversidade de seres e saberes constituirá o caminho de efetivação de práticas que permitam a participação de todos na vida da comunidade.

Temos a obrigação de construir uma escola tolerante e integradora, defensora da cultura e da diversidade. Esta realidade pressupõe a criação de condições que permitam a plena e eficaz integração de todas as crianças e jovens, tendo de haver, para isso, alterações na concretização das políticas educativas, no processo ensino e aprendizagem e, obviamente, espera-se que os manuais escolares contribuam para que alunos e professores participem na construção do saber, num ambiente onde todos tenham as mesmas oportunidades.

Para finalizar, convém ressaltar que as considerações e as sugestões aqui enunciadas devem ser tidas em conta como um simples contributo para a produção, avaliação, certificação e adoção de manuais escolares, assim como base para a elaboração de outros estudos relacionados com esta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. (2006). *A construção de uma escola Inclusiva*. Acedido em: 25 de maio de 2012, em: <http://www.profala.com/arteducesp103html>.

APPLE, M. W. (2002). *Manuais escolares e trabalho docente – Uma economia políticas das relações de classe e de género na educação*. Didática Editora. Lisboa

BANKS, J. A.; Banks, A. M. (1995). *Handbook on Reseach on multicultural Educacion*. In Maria Luísa Freitas. *Cidadania multicultural nos manuais escolares de Estudo do Meio*. Acedido em 27 de maio de 2012, em: <http://www.ipfp.pt/cdrom/C%EDrculos%20de%20Discuss%E3o%20Tem%Eltica/06.%20Cidadania%20Multicultural/marialuisaamaralvdefreitas.pdf>

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70. Lisboa.

BARROS, E. (2006). *Alunos de 120 nacionalidades nas escolas portuguesas*, Noesis, 65, 34-35.

CABRAL, M. (2005). *Como Analisar Manuais Escolares*. Texto Editora. Lisboa.

.

CALADO, I. (1994). *A Utilização Educativa das Imagens*. Porto Editora. Porto.

CARDOSO, C. (1996a). *Educação multicultural: percursos para práticas reflexivas*. Texto Editora. Lisboa.

CARDOSO, C. (1998b). *Gestão intercultural do currículo*. Secretariado Coordenador dos Programas de Educação multicultural, Lisboa.

CARVALHO, A. e FADIGAS N. (2007). *O manual escolar do Século XXI*. Observatório dos recursos educativos. Acedido em 20 de abril de 2012, em: http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/EstudoORE_ManuaisEscolares_OUT2007.pdf

CARVALHO, A. e FADIGAS N. (2009). *Os manuais escolares na relação escola-família*. Acedido em: 20 de abril de 2012, em: <http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/Osmanuaisescolaresnarelacaoescolafamilia.pdf>

CASTRO, R. V. et al. (1999). *Manuais Escolares – Estatuto, funções, história*. Atas/Encontro internacional sobre manuais escolares. Universidade do Minho. Braga.

CHOPPIN, A. (1992). *Les Manuels Scolaires: Histoire et actualité*. Hachette Education. Paris.

CORTESÃO, L. e STOER, S. (1995). *Projetos, percursos, sinergias no campo da educação inter/multicultural* – Relatório Final. Universidade do Porto. Porto.

CORTESÃO, L. e STOER, S. (1996). *Interculturalidade e educação escolar: Dispositivos pedagógicos e a constatação da ponte entre culturas*. Acedido em 22 de maio de 2012, em: <http://br.librosintinta.in/luiza-cortes%C3%A3o-pdf6.html>

COSTA J. e MELO A. (1998). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto Editora. Porto.

CUSTÓDIO, B. P. (2009). *Análise e produção de materiais didáticos de português no ensino Básico: alguns princípios orientadores*. Acedido em 25 de março de 2012, em: http://www.exedrajournal.com/docs/N2/10B-pedro-balaus_pp_147_160.pdf

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. (1994). UNESCO

DELORS, J. et al. (1996). *Educação – Um tesouro a descobrir*. Edições Asa. Rio Tinto.

Direção do Ensino Básico (DEB) (2003). *Caracterização nacional dos alunos com Língua Portuguesa com Língua não materna*. Acedido em 20 de abril de 2012, em: http://sitio.dgide.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/PLNMDoc_orientador.pdf

FLEURI, R. in Palestra proferida no V colóquio Internacional Paulo Freire, 2005. Acedido em 4 de maio de 2012, em: http://www.paulofreire.org.br/Textos/fleuri_2005_recife_resumo_e_texto_completo.pdf

DENDRINOS, B. (1997). *Prática ideológica em textos pedagógicos no ensino do Inglês como Língua estrangeira*. In Emília Ribeiro Pedro. *Análise crítica do discurso*. Caminho. Lisboa.

FONSECA, J. (1994). *Representações nos manuais escolares de aprendizagem da leitura do 1º Ciclo do Ensino Básico*. Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher. Lisboa.

GARCÍA, R. G. I. (1997). *Que propuestas dee actividades hacen los libros de primaria?* Alambique-Didática de las ciencias experimentales, 11, 35-43.

GÉRARD, F.& Roegiers, X. (1998). *Como conceber e avaliar manuais escolares*. Porto Editora. Porto.

GIDDENS (2004). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

GONÇALVES, M. A. (1997). *Iniciar a arquitetura da multi/interculturalidade numa escolar do 1º ciclo do Ensino Básico*. Universidade Aberta. Lisboa.

GOODSON, I. F. (2001). *O Currículo em mudança*. Porto Editora. Porto.

HALLS. (2006). *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Houaiss de lexicografia. Círculo de Leitores. Lisboa.

KINCHELOE, J. L; STEINBERG. S. P. (1999). *Repensar el multiculturalismo*. Ediciones Otaedro. Barcelona

LEITE, C. (2007). *A política da diferença nas mudanças curriculares nesta transição de séculos e o imperativo de uma educação intercultural*. Porto Editora. Porto.

MAGALHÃES, J. (1999). *Um apontamento para a história do manual escolar – entre a produção e a representação*. In Vieira de Castro et al. (orgs). *Manuais escolares, estatuto, funções, história*. Atas I encontro internacional sobre manuais escolares. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. Braga.

MANTOAN, M. T. (2005). *Inclusão Escolar. O que é? Como fazer?*. Moderna. São Paulo.

MARTINS, M. L. (1996). *Para uma inversa navegação*. Edições Afrontamento. Porto.

MELO, A. (2002). *Globalização cultural*. Quimera Editores.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Direção Geral dos Ensinos Básicos e Secundários. Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (1992). *Guião Orientador de Projetos multiculturais- Ensino Básico*. Editorial Ministério da Educação. Lisboa:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Direção Geral dos Ensinos Básicos e Secundários (1992). *Pedagogia Intercultural – professor 1º Ciclo*. Editorial do Ministério da Educação. Lisboa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Direção Geral dos Ensinos Básicos e Secundários (1990). *Ensino Básico – Programa do 1º ciclo*. Editorial Ministério da Educação. Lisboa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (2003). *Escola e sociedade multicultural*. Coleção Educação Intercultural, nº1. Editorial Ministério da Educação. Lisboa.

MONTEIRO, R. (2009). *Insucesso e abandono escolar*. Universidade Portucalense. Acedido em 15 de junho de 2012, em: [http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/206/2/TME%20398%20\(tese\).pdf](http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/206/2/TME%20398%20(tese).pdf)

MORGADO J. C. (2004). *Manuais escolares contributo para uma análise*. Porto Editora. Porto.

MUCZNIK, E. (2007). *A religião nos manuais escolares*, Comissão da liberdade religiosa. Acedido em 28 de março de 2012, em: http://www.cilisboa.org/documeens/religiao_nos_manuais_escolares.pdf.

NETO, F. (2007). *Atitudes em relação à diversidade cultural: implicações psicopedagógicas*. In revista Portuguesa de Pedagogia” ano 41-1. 5-22.

PERES, A. (1999). *Educação intercultural: Utopia ou Realidade?* Profedições, Porto.

PEROTTI, A. (1997). *Apologia do Intercultural*. Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural. Lisboa.

PINTO, T. (2004). *Mulheres, educação e relações sociais de género*. Universidade Aberta. Acedido em 4 de abril de 2002, em: http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1220024572_04_SACAUSEF_III_31a46.pdf

RAMOS, M. C. P. (2003). *Ação social nas áreas do emprego e da formação profissional*. Universidade Aberta. Lisboa.

Relatório de Portugal sobre aplicação da Convenção dos Direitos da Criança (II)
Acedido em 14 de junho de 2012, em:
http://portal.ua.pt/nec/documentos/politicas/2_relatorio.htm

RODRIGUES, I., Favas, P. & Coelho, F. (2004). *Análise de Manuais – uma reflexão necessária na formação inicial de professores*. Depart.º de Ciências da Educação da UTAD, Portugal. Acedido em 30 de março de 2012, em:
<http://webpages.ull.es/users/apice/pdf/345-067.pdf>.

ROSEMBERG, F.; Bazilli, C.; Silva B. (2003). *Racismo em livros didáticos brasileiro e o seu combate: uma revisão da literatura*. Educação e pesquisa. In Laura Moutinho. Acedido em 23 de junho de 2002, em:
http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Erlinda%20Silva_LauraMoutinho.pdf

SEGUIN, R. (1989). *The elaboration of school textbooks: methodological guide*.
Acedido em 3 de junho de 2012, em:
http://www.unesco.org/education/pdf/55_16.pdf

SOUSA, A. B. (2005). *Investigação em Educação*. Livros Horizonte. Lisboa.

SOUSA, A. (2004). *Educação multicultural: teorias e práticas*. Edições Asa. Porto.

SOUTA, L. (1997): *Multiculturalidade e Educação*. Profedições. Porto

TORMENTA, J. R. (1996). *Manuais escolares inovação ou tradição?* Instituto de Inovação Educacional. Ministério da Educação. Lisboa.

UNICEF. *A Convenção sobre os direitos da Criança*. Acedido em : 25 de maio de 2012, em:
http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

VIDIGAL, L. (1994). *Leitura e manuais escolares em Portugal na 1ª metade do séc. XX*. Escola Superior de Educação. Intercompreensão. Santarém.

Legislação consultada

Constituição da República Portuguesa de 1976. Acedida em 20 de abril de 2012, em:
http://pt.wikisource.org/wiki/Anexo:Imprimir/Constitui%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%ABlica_Portuguesa_de_1976

Lei nº 46/86 de 14 de outubro. Diário da República, nº 237 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei nº 369/90 de 26 de novembro. Diário da República, nº 273 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-lei nº 319/91 de 23 de agosto. Diário da República nº 193 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa

Lei nº 46/2006 de 28 de agosto. Diário da República, nº 165 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Lei nº 47/2006 de 28 de agosto. Diário da República, nº 165 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Lei nº 23/2007 de 4 de julho. Diário da República, nº 127 – I Série – 4 de julho de 2007. Assembleia da República. Lisboa.

Resolução do conselho de Ministros nº 63 – A/2007 de 3 de maio. Diário da República, nº 85- I Série. Suplemento I. Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-lei nº 261/2007 de 17 de julho. Diário da República nº 136 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho nº 29864/2007 de 30 de novembro. Diário da República, nº 249, de 27 de dezembro. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro de 2008. Diário da República nº 4 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Documento Orientador. *Português Língua Não Materna no Currículo Nacional*.
Acedido em 30 de maio de 2012, em:
http://sitio.dgidc.minedu.pt/linguaportuguesa/Documents/PLNMDoc_orientador.pdf

ANEXOS

Neste espaço serão apresentados os materiais utilizados ao longo do projeto ou que contribuíram para o seu desenvolvimento.

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Grelhas de registo quanto à raça/ etnia.....	93
Anexo 2 - Grelha de registo quanto ao género.....	94
Anexo 3 - Grelha de registo quanto aos indivíduos portadores de deficiência.....	94
Anexo 4 - Grelhas de registo quanto à religião.....	95
Anexo 5 – Grelha de análise de manuais escolares (ME)	96

Anexo 1**Grelha de registo quanto à raça/ etnia**

Manuais	A			B			C			D			E		
Nº de Imagens	C	N	O	C	N	O	C	N	O	C	N	O	C	N	O

Manuais	A			B			C			D			E		
Nº de textos	C	N	O	C	N	O	C	N	O	C	N	O	C	N	O

Legenda: C – raça caucasiana, N – raça negra, O – outra raça

Anexo 2

Grelha de registo quanto ao género

Número de imagens	A		B		C		D		E	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F

Anexo 3

Grelha de registo quanto aos indivíduos portadores de deficiência.

Nº de imagens	A	B	C	D	E

Nº de textos	A	B	C	D	E

Anexo 4**Grelhas de registo quanto à religião**

Nº de imagens	A		B		C		D		E	
	C	O	C	O	C	O	C	O	C	O

Nº de textos	A		B		C		D		E	
	C	O	C	O	C	O	C	O	C	O

Legenda: C - Católica, O – Outra

Anexo 5

Critérios de Apreciação/planos de análise					Apreciação global
Organização e método	I	S	B	MB	
1- Apresenta uma organização coerente e funcional, estruturada na perspetiva do aluno					
2- Desenvolve uma metodologia facilitadora e enriquecedora das aprendizagens					
3- Estimula a autonomia e a criatividade					
4- Motiva para o saber e estimula o recurso a outras fontes de conhecimento e a outros materiais didáticos					
5- Permite percursos pedagógicos diversificados					
6- Contempla sugestões de experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente de atividades de carácter prático/experimental.					
7- Propõe atividades adequadas ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares					
Informação	I	S	B	MB	
1- Adequa-se ao desenvolvimento das competências definidas no Currículo do respetivo ano e/ou nível de escolaridade					
2- Responde aos objetivos e conteúdos do programa/orientações curriculares					
3- Fornece informação correta, atualizada, relevante e adequada aos alunos a que se destina					
4- Explicita as aprendizagens essenciais					
5- Promove a educação para a cidadania					
6- Não apresenta discriminações relativas a sexos, etnias, religiões, deficiências...					
Comunicação	I	S	B	MB	
1- A conceção e organização gráfica do manual facilitam a sua utilização e motivam o aluno para a aprendizagem					
2- Os textos são claros, rigorosos e adequados ao nível de ensino e à diversidade dos alunos a que se destinam					
3- Os diferentes tipos de ilustrações são corretos, pertinentes e relacionam-se adequadamente com o texto.					
Características materiais	I	S	B	MB	
1- Apresenta robustez suficiente para resistir à normal utilização					
2- O formato, as dimensões e o peso do manual (ou de cada um dos seus volumes) são adequados ao nível etário do aluno.					
3- Permite a reutilização					